



Programa de Pós-Graduação
em Estudos Linguísticos

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE
SANTANA DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
LINGUÍSTICOS**

Curso Reconhecido pelo MEC, Portaria 485 de 14/05/2020, publicada no D.O.U 18/05/2020

SARAH DE SOUSA LIMA RIOS

**A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO EM
PREDICATIVOS DO SUJEITO NO PORTUGUÊS FALADO
EM LUANDA**

Feira de Santana-BA
2026

SARAH DE SOUSA LIMA RIOS

**A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO EM PREDICATIVOS
DO SUJEITO NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Lúcia
Fernandes de Almeida

Feira de Santana-BA

2026

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Rios, Sarah de Sousa Lima

R453c A concordância nominal de número em predicativos do sujeito no português falado em Luanda/ Sarah de Sousa Lima Rios. - 2026.
93f.: il.

Orientadora: Norma Lúcia Fernandes de Almeida

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2026.

1. Concordância de número. 2. Predicativos do sujeito . 3. Sociolinguística variacionista. 4. Português angolano. 5. Contato linguístico. I. Almeida, Norma Lúcia Fernandes de, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 806.90

Rejane Maria Rosa Ribeiro – Bibliotecária CRB-5/695

FOLHA DE APROVAÇÃO

RIOS, Sarah de Sousa Lima. **A concordância nominal de número em predicativos do sujeito no português falado em Luanda**. 2026. 000f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2026.

Defendida em:

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida
Universidade Estadual de Feira de Santana
Orientadora

Profa. Dra. Gilce de Souza Almeida
Universidade do Estado da Bahia
Membro externo

Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Universidade Estadual de Feira de Santana
Membro interno

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor dos meus dias, pela sua infinita graça e pelo seu bondoso amor.

Aos meus pais, Evaldo e Rosinha, por me ensinarem desde criança que estudar é um caminho frutífero.

Ao meu irmão, Lucas, por ser calmaria nos momentos difíceis.

A Victor, meu primo, presente em muitas memórias e no meu coração, por ter me ensinado que coragem e simplicidade caminham juntos.

Às minhas primas, Thaís, Núbia e Thiala, por serem lugar seguro: de amor, de risadas e de conversas aleatórias e profundas.

À minha orientadora, Norma Lúcia, pela orientação cuidadosa e pela leveza.

À professora Silvana Araújo, por me incentivar a me inscrever na seleção de mestrado, pelas tardes agradáveis que tive durante a especialização e por ter me orientado durante a iniciação científica, sempre com muito cuidado e carinho.

À professora Gilce Almeida, por ter feito uma análise minuciosa na qualificação e pela disponibilidade em enviar materiais.

À família que a UEFS me deu, Paula, Rayssa, Émilly, Emilly, Matheus, Gabriella e Alice, que desde 2018 têm sido minha casa.

Aos meus colegas e amigos do mestrado, pela partilha de experiências, pelas risadas e conversas durante o almoço e por serem exemplos de força e fé.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), representado pelo professor Patrício Barreiros, por ampliar o conhecimento científico e por ter uma escuta atenta às necessidades dos pós-graduandos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento a esta pesquisa e por torná-la possível.

RESUMO

A variação no uso da concordância nominal de número nos predicativos do sujeito foi estudada no português brasileiro e no português moçambicano (Scherre, 1991; Dias, 1996; Lucchesi, 2009; Antonino, 2007; Salgado, 2010; Furtado, 2017; Soares, 2022). Essas pesquisas mostram que há algumas generalizações no que tange à variação e mudança nos predicativos, como a influência da caracterização do sujeito e do verbo na marcação morfológica de número e a relevância da escolaridade e do estatuto do português no que atine às variedades africanas que vivem em situação de multilinguismo generalizado. Diante disso, a pesquisa aqui proposta visa a identificar e analisar os fatores sociais e linguísticos que condicionam a variação no uso das estruturas predicativas no português falado em Luanda, a fim de ampliar as discussões acerca do tema, bem como buscar indícios que reforçam as discussões acerca do contato linguístico na formação das variedades africanas do português, as quais convivem em contextos de multilinguismo. Sabendo da necessidade de investigações que levem em consideração a relação entre língua, sociedade e cultura, esta pesquisa está ancorada na Teoria da Variação e Mudança (Weinreich, Labov, Herzog, 2006 [1968]). Dessa maneira, foi utilizado um *corpus* de fala do português falado na capital de Angola - Luanda -, composto por entrevistas sociolinguísticas gravadas em 2008 e 2012, tendo participantes angolanos que declararam ter o português como L1 ou L2. Com esta pesquisa, contribuições para a descrição do português falado em Luanda foram dadas, principalmente em relação aos padrões de concordância nos predicativos do sujeito, evidenciando a escolaridade como um fator relevante na compreensão do fenômeno, o que sugere a possível influência da escolarização um importante agente que guia os usos linguísticos da população, ainda centrada na concepção dicotômica da linguagem de “certo” e “errado”. Além disso, a faixa etária indica que o português falado em Luanda está trilhando o caminho da mudança linguística no sentido inovador (não aplicação da concordância de número), pois os jovens estão deixando de seguir orientações normativas da gramática tradicional. Portanto, a realidade do fenômeno em Angola, apesar de revelar alto percentual de concordância (79%), maior do que os resultados percentuais da norma culta urbana do português brasileiro, incentiva uma discussão baseada na formação sócio-histórica da nação e a busca pelo padrão europeu ainda presente na sociedade, nas leis e nos processos formais de educação.

Palavras-chave: concordância de número; predicativos do sujeito; Sociolinguística Variacionista; Português em Angola; contato linguístico.

ABSTRACT

The variation in the use of nominal number agreement in subject predicates has certainly been studied in Brazilian Portuguese and Mozambican Portuguese (Scherre, 1991; Dias, 1996; Lucchesi, 2009; Antonino, 2007; Salgado, 2010; Furtado, 2017; Soares, 2022). These studies show that there are some generalizations regarding variation and change in predicates, such as the influence of subject and verb characterization on morphological number marking and the relevance of education and the status of Portuguese in African varieties that exist in situations of widespread multilingualism. Given this, the research proposed here aims to identify and analyze the social and linguistic factors that condition variation in the use of predicative structures in Portuguese spoken in Luanda, in order to broaden discussions on the topic, as well as to seek evidence that reinforces discussions about linguistic contact in the formation of African varieties of Portuguese, which coexist in multilingual contexts. Aware of the need for research that takes into account the relationship between language, society, and culture, this research is anchored in the Theory of Variation and Change (Weinreich, Labov, Herzog, 2006 [1968]). Thus, a corpus of Portuguese spoken in Angola's capital, Luanda, was used, consisting of sociolinguistic interviews recorded in 2008 and 2012, with Angolan participants who declared Portuguese as their L1 or L2. This research aims to contribute to the description of Portuguese spoken in Luanda, expanding morphosyntactic studies focused on this variety. This research contributes to the description of the Portuguese spoken in Luanda, particularly in relation to agreement patterns in subject predicates, whose education level is a relevant factor in understanding the phenomenon. This makes schools an important agent in guiding the linguistic uses of the population, which is still centered on the dichotomous conception of language as “right” and “wrong.” In addition, the age group indicates that the Portuguese spoken in Luanda is following the path of linguistic change in an innovative sense (non- application of number agreement), as young people are no longer following the rigid rules of the standard norm. Therefore, the reality of the phenomenon in Angola, despite revealing a high percentage of agreement (79%), higher than the percentage results of the urban cultured norm of Brazilian Portuguese, encourages a discussion based on the socio-historical formation of the nation and the search for the European standard still present in society, laws, and formal education processes.

Keywords: Number agreement; subject predicates; Variationist sociolinguistics; Portuguese in Angola; Language contact.

LISTA DE SIGLAS

NELP	Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
PA	Português Angolano
PE	Português Europeu
LO	Língua Oficial
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
MPLA	Movimento para a Libertação de Angola
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
OUA	Organização da Unidade Africana
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
MFA	Movimento das Forças Armadas
CN	Concordância Nominal
SN	Sintagma Nominal
PST	Português São-Tomense
PM	Português Moçambicano
PB	Português Brasileiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Províncias de Angola	16
Figura 2:	Distribuição de línguas no território angolano	18

QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Possíveis variáveis linguísticas a serem controladas no português falado em Luanda	56
Tabela 1: Distribuição geral dos resultados quanto à concordância de número nos predicativos do sujeito no português falado em Luanda	65
Tabela 2: Distribuição dos resultados no tocante à variável escolaridade	67
Tabela 3: Distribuição dos resultados no tocante à variável faixa etária	70
Tabela 4: Distribuição dos resultados no tocante à variável estatuto do português	72
Tabela 5: Distribuição dos resultados no tocante à variável local de nascimento	73
Tabela 6: Distribuição dos resultados no tocante à variável estrutura do predicativo	74
Tabela 7: Distribuição dos resultados no tocante à variável características formais do verbo da oração	75
Tabela 8: Distribuição dos resultados no tocante à variável características formais do sujeito	76
Tabela 9: Distribuição dos resultados no tocante à variável processos morfofonológicos de formação de plural	77
Tabela 10: Distribuição dos resultados no tocante à variável material interveniente entre o verbo e o predicativo	79
Tabela 11: Estudos anteriores sobre concordância de número nos predicativos do sujeito	81

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E LINGÜÍSTICA DE ANGOLA	16
2.1	CONFIGURAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO E DA REALIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA EM ANGOLA.....	16
2.2	O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM ANGOLA	24
2.3	AS GUERRAS ANTICOLONIAIS	25
3	POR MARES NÃO TÃO NAVEGADOS: O OBJETO DE ESTUDO	30
3.1	A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NAS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS.....	30
3.2	A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NOS PREDICATIVOS DO SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NAS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS.....	35
4	RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE: A SOCIOLINGÜÍSTICA	42
4.1	A SOCIOLINGÜÍSTICA LABOVIANA	42
4.2	O CONTATO ENTRE LÍNGUAS E A SOCIOLINGÜÍSTICA DE CONTATO	45
4.3	O CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA REALIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS ANGOLANO.....	50
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS	55
5.1	A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	55
5.2	FATORES LINGÜÍSTICOS E EXTRALINGÜÍSTICOS SELECIONADOS	57
5.3	PROCEDIMENTOS QUANTITATIVOS	62
6	ANÁLISE DE DADOS SOBRE A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO NOS PREDICATIVOS DO SUJEITO NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA.....	64
6.1	DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS RESULTADOS	65
6.2	ESCOLARIDADE	66
6.3	FAIXA ETÁRIA	70
6.4	ESTATUTO DO PORTUGUÊS	71
6.5	LOCAL DE NASCIMENTO	73
6.6	ESTRUTURA DO PREDICATIVO	74
6.7	CARACTERÍSTICAS FORMAIS DO VERBO E DO SUJEITO DA ORAÇÃO	75
6.8	PROCESSOS MORFOFONOLÓGICOS DE FORMAÇÃO DE PLURAL	77

6.8 MATERIAL INTERVENIENTE ENTRE O VERBO E O PREDICATIVO	78
7 COMPARAÇÃO COM OS ESTUDOS JÁ REALIZADOS SOBRE O TEMA	80
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
9 REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

O predicativo do sujeito pode ser representado morfológicamente por um substantivo ou uma expressão substantivada, adjetivo ou locução adjetiva, pronome, numeral ou, sintaticamente, por uma oração substantiva predicativa, diferenciando-se dos complementos verbais, pois se referem diretamente ao sujeito, enquanto os complementos recebem a ação expressa pelo verbo (Bechara, 2009).

O componente sintático aqui estudado (predicativo do sujeito) estabelece concordância com o sujeito da oração e se liga a ele por intermédio de um verbo de ligação que geralmente indica os seguintes estados: estado permanente (viver; ser), transitório (encontrar-se; achar-se; estar; andar), aparente (parecer), continuativo (permanecer) ou uma mudança de estado (virar, tornar-se, transformar-se, ficar e acabar).

Além disso, os predicativos também aparecem quando há predicado verbo-nominal cujo verbo tradicionalmente de ação desempenha a função copulativa, como acontece no predicado nominal. Por exemplo: Alana anda distraída recentemente; andar estabelece ligação entre Alana e uma qualidade atribuída a ela: distraída, portanto, um predicativo do sujeito.

Do ponto de vista da norma padrão, a concordância é obrigatória. No entanto, na fala espontânea, os predicativos podem receber ou não as marcas de concordância de número, por conta dos aspectos linguísticos e/ou sociais, evidenciando variação linguística, uma vez que a concordância não causa alteração semântica, o que se observa nos exemplos a seguir:

(1) *Aí as mães era muito interessante né?*

(2) *eles, ah e são loucos também, negói de percussão, tem um que fica dentro de casa assim oh “TRA, TRA”*

As sentenças acima foram retiradas do *corpus* “O português falado em comunidades afro-brasileiras no recôncavo baiano” e analisadas durante a iniciação científica. O *corpus* citado anteriormente, bem como o *corpus* que será fonte para esta pesquisa (-“*Em busca das raízes do Português Brasileiro-*”), - fazem parte do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Esta pesquisa busca preencher uma lacuna nos estudos sociolinguísticos do português falado em Luanda, uma vez que não há, até o presente momento, pesquisas que se centram na concordância de número nas estruturas de predicativos do sujeito em Angola. Inverno (2008), ao destacar os fenômenos variacionistas que caracterizam o português vernáculo de Angola, inclui, além da concordância no sintagma nominal sujeito, a variável de número atuando entre o sujeito e o predicativo do sujeito. Porém, apesar disso, os estudos nessa variedade em formação priorizaram pesquisas no interior do sintagma nominal, apontando que também é preciso investigar a concordância em outras estruturas e ampliar o debate sobre a formação sociolinguística nas variedades africanas do português.

A concordância nos predicativos do sujeito tem sido estudada no Brasil por alguns autores, tanto nas variedades socialmente privilegiadas (norma culta) como nas variedades socialmente estigmatizadas (norma popular). Destacam-se os estudos pioneiros de Scherre (1991), que se dedicou às estruturas predicativas e passivas e formulou hipóteses que até hoje se constituem como referência para o estudo do fenômeno; Lucchesi (2009), que controlou as variáveis dependentes e independentes em três comunidades quilombolas localizadas em regiões diferentes no estado da Bahia: Helvécia (Zona da Mata), Barra e Bananal (Chapada Diamantina) e Cinzento (semiárido baiano); e Salgado (2017), que investigou o objeto na comunidade quilombola Muquém e constatou que a comunidade caminha em direção ao nivelamento linguístico com 33% de concordância.

Soares (2022) estudou os predicativos na capital de Moçambique, Maputo, e chegou à conclusão de que a não aplicação da concordância de número está atrelada ao estatuto do português e à escolarização, pois os falantes que usam o português como segunda língua e os que têm pouca ou nenhuma escolarização marcam menos as formas de plural, visto que suas línguas nativas possuem uma estrutura morfossintática diferente da portuguesa e muitos falantes adquirem a norma culta por intermédio da escolarização que obriga a seguir a gramática normativa.

Para além das pesquisas no Português Brasileiro (doravante PB), no Português São-Tomense (PST) e no Português Moçambicano (PM), existe a necessidade de pesquisas no âmbito da Sociolinguística variacionista que englobam a descrição dos predicativos na variedade angolana do português (PA), a fim de contribuir com a agenda de estudos da concordância nominal e compreender melhor os efeitos do contato linguístico no PA.

Cabe destacar que o contato entre línguas é tido como principal motivo para diferenciar o português europeu (PE) das variedades linguísticas existentes nos países que foram colônias da Coroa Portuguesa, a exemplo do Brasil e dos países africanos que têm a língua portuguesa como

língua oficial (LO). É preciso salientar que se parte da tese de que o multilinguismo existente em diferentes contextos da história de um país reincide na variedade usada por uma comunidade de fala.

De acordo com Lucchesi (2012), um dos principais indicativos do contato é a variação linguística na aplicação da regra de concordância nominal e concordância verbal. Nesse contexto, as comunidades mais afastadas e/ou que tiveram uma maior convivência com outras línguas tendem a não marcar morfologicamente o plural, principalmente devido a fatores sociais.

No que concerne aos estudos da concordância nominal de número dentro de estruturas predicativas/passivas, nas zonas urbanas no Brasil há variação estável (Scherre (1991); Furtado (2017)), mas quando se analisa o mesmo fenômeno em outras variedades como a de Moçambique (Soares, 2022), percebe-se que as marcas de número estão abaixo de 30% e as variáveis sociais são as mais relevantes no âmbito quantitativo e qualitativo, pois o nível de escolaridade e o estatuto do português (L1 ou L2) são as principais razões para a não aplicação da regra de concordância, isto é, os falantes de nível fundamental e os que falam português como L2 são os que menos aplicam as marcas morfológicas de plural.

Sendo assim, na pesquisa aqui proposta, as hipóteses são baseadas nas variáveis estruturais clássicas controladas por Scherre (1991) e nas variáveis extralinguísticas analisadas em países multilíngues. São elas:

- 1) A concordância no sintagma nominal (sujeito) e no sintagma verbal favorecem as marcas de plural nos predicativos do sujeito, assim como formas não marcadas influenciam a não aplicação da marca morfológica de número;
- 2) Predicativos do sujeito representados por substantivo seriam mais propícios para marcação de plural do que aqueles formados por adjetivos;
- 3) Itens oxítonos apresentariam mais marcas de plural do que os paroxítonos e proparoxítonos;
- 4) Os itens irregulares seriam mais propícios à marcação de número do que os itens com formação regular;

- 5) O material interveniente entre o verbo e o predicativo favorece a concordância de número; a ausência do material não levaria à concordância;
- 6) Falantes do sexo feminino nas zonas urbanas apresentariam maior tendência em expressar as marcas de concordância nos predicativos do sujeito (Scherre, 1991; Dias, 1996; Furtado, 2017) por causa dos papéis de gênero que são atribuídos socialmente de modo distinto aos homens e mulheres;
- 7) Falantes com maior nível de escolaridade tendem a aplicar as marcas morfológicas de plural;
- 8) Falantes que têm o português como L2 tendem a fazer menos a concordância.

Partindo dessas hipóteses, nosso objetivo geral é investigar a variação linguística na concordância de número nos predicativos do sujeito no português falado em Luanda. Além disso, traçam-se também os seguintes objetivos específicos: (I) Investigar quais variáveis linguísticas e variáveis sociais atuam na marcação ou na não marcação de número nas estruturas de predicativo do sujeito; e (II) Descrever e analisar, por meio de comparações com os trabalhos já existentes sobre o fenômeno no PB, as semelhanças e as diferenças na aplicação da regra de concordância de número nas estruturas predicativas no PA.

Dessa forma, esta pesquisa se justifica devido à importância de entender o contexto linguístico e sócio-histórico de Angola, que foi marcado pelo contato entre portugueses e nativos e onde imperava o uso das línguas nacionais, principalmente o kimbundu. Nos primeiros quatrocentos anos de colonização, o país apenas se caracterizou como uma colônia de exploração, o que mudou após a Conferência de Berlim, pois Portugal passou a ocupar o território fazendo acordos com os líderes locais, ocupando militarmente as regiões e começando o “processo civilizatório” com a política dos assimilados.

Nesse contexto inicial, o português não era ainda uma língua de intercurso e tanto os portugueses como os africanos utilizavam as línguas nacionais para a comunicação. Apenas quando se formou uma elite afro-portuguesa que se africanizava cada vez mais, a Coroa exigiu a aprendizagem da língua portuguesa a fim de conceder cargos públicos à população. Segundo Inverno (2018, p. 7), “o português era a língua com maior valor econômico e social em Angola e do seu conhecimento e uso dependia qualquer possibilidade de ascensão social. Era também a língua franca em todos os domínios da administração e língua única de instrução.”

Apesar dos portugueses se interessarem pelo território que hoje denomina-se Angola,

a ocupação e o povoamento só se efetivaram no século XX sob muita resistência das populações locais (Mingas, 2000) que seguiram com as guerras pela independência, e o uso da língua portuguesa ganhou status de LO. Dessa forma, muitos africanos falam o português como L2, por intermédio da escolarização embasada no PE, em um contexto de coexistência com as línguas nacionais em Angola.

Diante disso, cabe perguntar qual é a relação desse fato com a concordância nominal realizada nos predicativos, uma vez que não há ainda pesquisas do fenômeno em terras angolanas, denotando a necessidade de mais estudos sociolinguísticos que considerem a descrição e a análise linguísticas à luz dos contatos linguísticos existentes no país, porque, ao contrário do que ocorre no Brasil - país atualmente identificado na ótica do multilinguismo localizado, mas já foi caracterizado no Período Colonial sob a perspectiva do multilinguismo generalizado -, Angola é um país de multilinguismo generalizado durante todo seu processo de formação até o presente.

2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E LINGUÍSTICA DE ANGOLA

Esta seção prioriza uma apresentação dos contextos sócio-históricos em Angola, mostrando as consequências do processo colonial até o momento atual e a situação sociolinguística no país que se caracteriza como multilíngue. Além disso, discute-se o papel de destaque da língua portuguesa no ensino e as implicações que isso traz na autopercepção dos angolanos em relação à sua variedade linguística em formação.

2.1 CONFIGURAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO E DA REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICA EM ANGOLA

Angola é um país localizado na Costa Oeste Africana, banhado pelo Oceano Atlântico no Oeste e faz fronteira no Leste com a Zâmbia, no Norte com a República Democrática do Congo e no Sul com a Namíbia. Representa atualmente um dos principais países do continente, tanto em relação à dimensão territorial quanto à população e à relevância econômica.

Conforme o Censo de 2024, o território angolano possui 1.246.700 quilômetros quadrados e inclui 18 províncias: Benguela, Bengo, Bié, Cunene, Cabinda, Huambo, Huíla, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cuando-Cubango, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire, como é possível visualizar no mapa abaixo:

Figura 1: Províncias de Angola



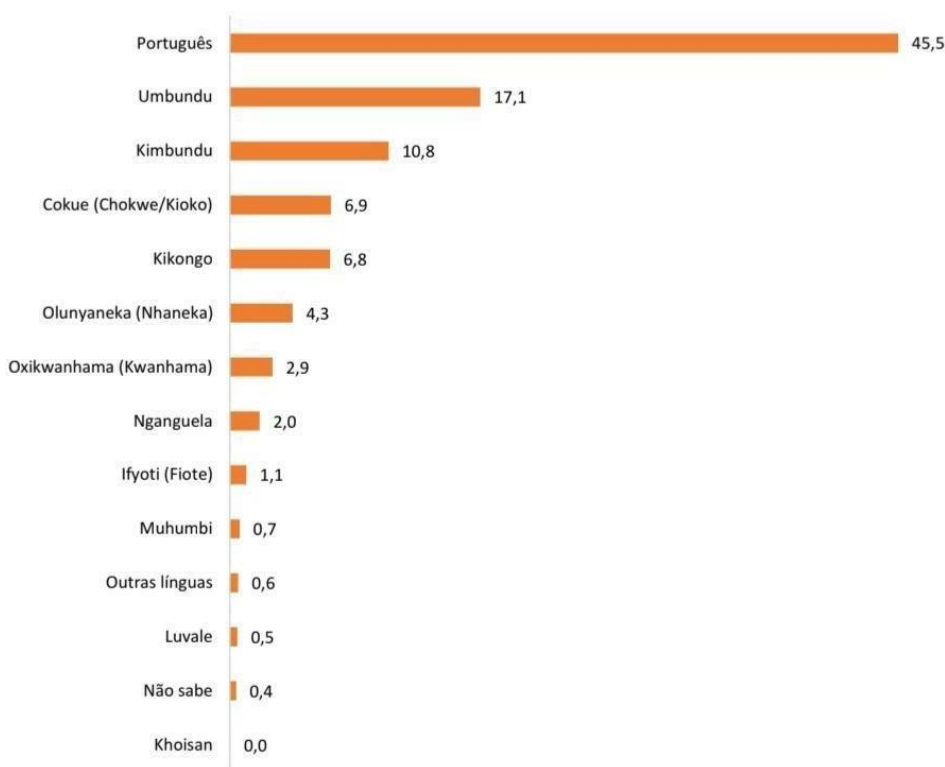
Abrange uma população residente de 36.604.681, isto é, apresenta um crescimento notável ao comparar com o recenseamento anterior, em 2014, que mostrou aproximadamente 25.789.024 habitantes. Sua população é majoritariamente urbana e jovem, sendo a idade média 23 anos.

A capital do país e o maior centro urbano e administrativo - Luanda - tem 5.349.3 habitantes por quilômetros quadrados e se caracteriza como um grande polo multiétnico, linguístico e econômico. A maior parte da população mora na zona urbana (65,5%) enquanto apenas 34,5% vivem na zona rural. Isso se deve principalmente à guerra pela independência e a busca por melhores condições de vida que impulsionou o êxodo rural.

No que atine ao aspecto linguístico, a língua portuguesa¹ se constitui como língua materna de 45% da população, ou seja, as línguas nacionais ocupam um segundo plano, já que a política linguística do país priorizou a língua dos colonizadores e proibiu o uso das línguas africanas durante o período colonial. Como consequência, as gerações atuais além de não terem o input necessário para adquirir as línguas tradicionais, não aprendem na escola o umbundu ou kimbundu, por exemplo, mas sim o inglês e o francês pela influência da globalização.

Dessa maneira, segundo o censo mais recente, a distribuição das línguas no território apresenta a seguinte configuração:

¹ Língua materna diz respeito à primeira língua que uma pessoa adquire no seio familiar e que, muitas vezes, está associada a um grupo étnico.

Figura 2: Distribuição de línguas no território Angolano

Fonte: Censo (2024)

Luanda recebeu povos de diferentes partes do país, especialmente os naturais da zona rural; destaca-se a etnia Ovimbundu, que durante os anos de intensa guerrilha, migraram forçadamente para as cidades de Luanda e Benguela, levando sua língua autóctone, o umbundu.

Segundo Armando (2014), intensas foram as migrações. Os Bakongos, por exemplo, tiveram de fugir de Angola para a República Democrática do Congo, aprendendo francês e lingala (língua muito importante no contexto comunicativo do país). Tão logo quando a independência angolana foi consolidada, os Bakongos voltaram a Luanda, o que fez surgir grandes comunidades que falavam o kikongo, demonstrando o quanto essa língua é significativa dentro das relações sociais.

Muitos angolanos do interior do país que foram viver na capital aprenderam a língua portuguesa sem normatização ou escolarização, mas sim pela convivência com outros grupos, visando à sobrevivência nesse novo contexto de mudança de hábitos e de procura por emprego. Assim, dentro de casa, as novas gerações passaram a adquirir essa língua europeia na condição de L1, pois já não havia uma língua autóctone no seio familiar e, atualmente, ela

ocupa o centro do aprendizado e das interações, sendo inegável a sua relevância na opinião dos falantes.

O português falado em Angola envolve bastante discussões no que se refere à condição sociolinguística. De um lado, o prestígio da norma-padrão da língua portuguesa e a idealização de “saber falar português” em detrimento da valorização cultural e política das línguas bantas. Silva, Sene e Araújo (2018) mostraram que as crenças linguísticas permeiam as relações sociais da comunidade de fala angolana, estando muito fortemente ligadas à polarização sociolinguística entre a norma popular e a norma culta. Nesse sentido, sobretudo os falantes com nenhuma ou baixa escolaridade, representantes da norma popular, acham o português uma língua difícil, pois seu uso correto se ligaria à aplicação engessada da norma-padrão, que, na metáfora de Faraco (2011), é um peixe ensaboado, porque, por mais que o falante tente dominá-la, ela escapa por consistir em uma idealização imposta pelo colonizador e obrigatoriamente presente na escola.

O contexto apresentado em Angola envolve um paradoxo entre norma-padrão (variedade europeia distante do uso) e norma culta (português falado em Angola pela população escolarizada), além da norma popular do português e o uso das línguas nacionais não priorizado na aplicação das políticas públicas até então. A pergunta central é: Em meio à complexidade social e à formação histórica, qual português se fala no país? (Banza, 2014). Haveria autonomia linguística para afirmar uma nova variedade já consolidada ou ainda estaria em formação?

Para Inverno (2008), a generalização do português na condição de língua veicular ocorreu em meados do século XX devido à mobilidade social e, estruturalmente, leva consigo algumas características das línguas bantas em decorrência do massivo contato linguístico prolongado. Em alguns níveis da gramática, essa relação é mais fácil de ser observada e estudada, distanciando-se do PE.

No nível morfossintático, Undolo (2014) percebeu que o sistema pronominal clítico não segue à risca as regras implementadas pela variedade europeia, que é essencialmente enclítica, salvo quando existem palavras atrativas na justificativa do uso da próclise. Em Angola, não há uso categórico, mostrando variação linguística graças ao contato com as línguas africanas que tendem a posicionar os morfemas antes do verbo. O umbundu e kimbundu, por exemplo, fazem uso excessivo de prefixos e, como não existem pronomes clíticos nessas línguas, a explicação mais razoável recairia na interferência de gramáticas das línguas africanas no português, o que justificaria o uso mais frequente da próclise em detrimento à ênclise.

Silva (2022) pesquisou os padrões de colocação pronominal no português falado em Luanda e, entre 723 dados encontrados, 71,4% foram de próclise. Os fatores sociais estatisticamente relevantes foram a “Escolaridade” e a “Língua de intercomunicação”. Nessa perspectiva, a ênclise é adquirida pela educação formal que molda a forma de falar e escrever das pessoas, enquanto a próclise faz parte do vernáculo. À medida que o nível de escolaridade aumenta, a próclise deixa de ser uma prioridade na fala. Já o segundo fator evidencia a presença do multilinguismo generalizado, pois, apesar de os participantes da pesquisa selecionados falarem como língua materna o português, esforçam-se para compreender as línguas africanas usadas em ambientes mais restritos da comunicação.

Mingas (2000) mostrou o efeito das interferências desencadeadas pelo contato linguístico entre o português e o kimbundu. Para a autora, os falantes analfabetos, ao terem contato com a língua europeia, adaptaram as estruturas de sua língua materna na aquisição imperfeita do português. No léxico, essa relação é mais notável, já que esse nível gramatical se caracteriza como uma classe aberta cuja incorporação de novas palavras faz parte da ecologia linguística e da expressão cultural e histórica de um povo. Seguem alguns exemplos:

- Amigo (PE) - Camba (PA) - Dikamba (Kimbundu)
- Insultar (PE) - Xingar (PA) - Kuxinga (Kimbundu)
- Desmaio (PE) - Quiconha (PA) - Kikonha (Kimbundu)
- Bagagens (PE) - Imbamba (PA) - Imbamba (Kimbundu)

Facilmente se percebe a influência direta do kimbundu na escolha lexical dos angolanos, ressaltando a vitalidade das línguas africanas que são fontes de empréstimos lexicais, dicionarizados ou não.

No âmbito do projeto *Em busca das raízes do português brasileiro - fase 3: estudos morfossintáticos*, Silva (2021) constatou que das 98 lexias investigadas, 97 são de origem bantu e se relacionam com o estilo de vida dos luandenses ao lado, é claro, das palavras de origem latina. Nem sempre as lexias mantêm o sentido original das línguas bantu, mas se adaptam à semântica e ao contexto, ganhando novas acepções conforme as necessidades comunicativas. Logo, o contato linguístico caracteriza a variedade ainda em formação do português falado em Luanda.

Dentro dos fenômenos linguísticos que distinguem a variedade do português ainda em formação do PE, a que Inverno (2008) chama português vernáculo de Angola, estão a variação de concordância de número e gênero dentro do sintagma nominal, também entre o verbo e o sujeito e em estruturas de predicativo do sujeito, o uso dos pronomes sujeito em vez dos pronomes clíticos e a generalização do pronome reflexivo “se”, mostrando uma redução nos padrões da morfossintaxe. Essa prerrogativa é salientada por Lucchesi (2012), que afirma ser a erosão na concordância de número um dos maiores indícios do contato massivo entre línguas, fato esse existente em Angola dada às devidas proporções e continuidades do contato graças ao multilinguismo.

A presença do contato secular entre a língua portuguesa e as línguas autóctones em Angola fez emergir uma variedade do português, entre muitas outras como a moçambicana, a brasileira e a de Cabo Verde. Esses países têm em comum novos delineamentos a partir da língua de origem latina em contextos históricos e sociais específicos, salientando a subjugação de povos e culturas por intermédio da colonização. Seleccionadas as variáveis sociais e linguísticas, Brandão (2018) estabeleceu um continuum afro-brasileiro para a concordância nominal nas variedades africanas e brasileira do português e percebeu que a regra é variável, com destaque para os fatores sociais quanto ao estatuto do português, a língua de intercomunicação ou a presença dos crioulos em África que faz distanciar essas variedades do PE, cujo contato não é uma realidade.

A Constituição da República de Angola de 2010 oficializou a língua portuguesa nos setores administrativos e de ensino, mas reconheceu o uso das línguas nacionais, haja vista que o Estado deve promover as línguas africanas, incentivando seu estudo e seu uso no cotidiano. Segundo Sassuco (2015, p. 9),

Algumas línguas angolanas têm sido amplamente estudadas e descritas por pesquisadores angolanos, com fins, entre outros, de sua formalização em práticas letradas. Um exemplo de estudo linguístico é a descrição da morfologia e sintaxe da língua ngangela, pelo professor doutor Zavoni Ntongo. O Instituto de Línguas Nacionais, criado em 1978, propôs a criação de alfabetos para as línguas nacionais, reconhecendo as especificidades de cada língua. O Departamento de Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas da Universidade Agostinho Neto tem pesquisado e ensinado desde 2004 as línguas cokwe, umbundu, kimbundu e kikongo. (Sassuco, 2015, p. 09)

Apesar dos esforços em descrever as gramáticas das línguas nacionais e do investimento em pesquisa no ensino superior, pouco se observam mudanças quanto ao ensino formal dessas línguas no espaço da educação básica, o que causa consequências tanto no entendimento pleno quanto na valorização dos povos e culturas das pessoas que as falam. Soma-se ao impasse a realidade urbana que prioriza o uso do português como língua de intercomunicação e o fato de a população jovem ser monolíngue na língua herdada pelo colonizador. Ao questionar nas entrevistas utilizadas nessa pesquisa, se as línguas nacionais devem ser ensinadas nas escolas, muitos falantes reconhecem sua importância como acervo cultural e linguístico a ser preservado, a exemplo do seguinte participante:

DOC: E é difícil falar língua portuguesa?

INF: É, língua portuguesa é difícil falar.

DOC: O que acha de nós implementarmos a língua nacional nas escolas?

INF: Acho muito bom, acho muito bom, por quê?...**porque nós somos de país de línguas nacionais, que é nossa língua oficial**, e não soubemos falar, se as escolas tivessem esse privilégio, de dar também a língua nacional seria bom, seria muito bom.

DOC: Brigada pela entrevista!

A falante acima fala o kimbundu na condição de língua materna e o português como L2. Reconhece que a fundação de sua gente e do seu território está ligada às línguas nacionais, uma vez que, antes mesmo da presença colonial, os povos bantu conviviam em regiões e falavam línguas diferentes sendo comum os contatos linguísticos. Por isso mesmo, a falante coloca em igualdade as línguas nacionais e a língua oficial afirmando sua ideologia, porque se refere às línguas autóctones no lugar de línguas a serem priorizadas por conta da identidade dos povos e pela manutenção das culturas, mesmo após o colonialismo e, portanto, devem estar presentes no ensino formal.

A realidade sociolinguística em Angola enfrenta desafios no que atine à formalização educacional das línguas africanas e à expectativa de cumprir o padrão europeu, evocada pela mídia e pela escola, versus as variedades do português em formação existentes no país que não devem de forma alguma ser ignoradas. No âmbito escolar, a adoção das gramáticas portuguesa e brasileira baseadas na ideia deturpada de unidade linguística molda negativamente o reconhecimento identitário dos angolanos em relação às variedades do português no seu próprio

país (Kosi, 2021), o que induz ao mito de que os angolanos não sabem falar português, como é possível perceber na afirmação de um falante do *corpus*:

DOC: E o que significa pra ti falar bem o português?

INF: Falar bem o português é... significa falar perfeitamente sem errar, gramaticalmente também no pode falhar nada sim, aqui isso é que se diz falar bem o português.

Mesmo com a adoção das gramáticas brasileiras pela facilidade de aquisição, a língua modelo é a variedade culta do português europeu, pois representa um ideal fincado na cultura escrita e na construção histórica que só considerava cidadãos àqueles que se esforçavam para aprender a falar a língua portuguesa e adquirir os hábitos europeus. Dizer que falar bem uma língua significa não cometer equívocos de pronúncia e de morfossintaxe evidencia a percepção restrita e não científica que está enraizada na homogeneização linguística.

A expectativa de seguir à risca a gramática escolar e admirar o português europeu incidem no preconceito linguístico acerca das variedades faladas em Angola e no reconhecimento do português na condição de língua estrangeira no ensino formal. Tal atitude provoca um distanciamento e atitudes negativas por parte dos falantes das línguas africanas e daqueles que falam as variedades estigmatizadas do português no país por não se reconhecerem como falantes legítimos, já que suas variedades não são validadas pelos manuais usados no ensino (Kosi, 2021) que perseguem ainda o ideal europeu. Nesse contexto, as interferências linguísticas que ferem o padrão devem ser corrigidas com exercícios específicos objetivando alcançar o “purismo linguístico”.

Portanto, é preciso ter em pauta de discussão as consequências de uma escolarização que apesar de reconhecer o país como plurilíngue, ignora as normas socialmente estigmatizadas e reforça o preconceito linguístico, pois se entende a falsa necessidade de substituir as variedades linguísticas popular e culta pela aquisição da norma-padrão, devido a hipervalorização da gramática escolar, sem respeitar o multilinguismo generalizado que configura a situação sociolinguística em Angola.

2.2 O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM ANGOLA

Durante as grandes navegações, Portugal conquistou territórios na América, na Ásia e na África, com o intuito de expandir a fé cristã, controlar as rotas do comércio de sal e expandir o domínio territorial. Sendo assim, os portugueses chegaram à região que atualmente corresponde à Angola sob o comando de Diogo Cão.

Nesse contexto, os primeiros contatos entre o Reino Kongo e os portugueses datam de 1480 (Pinto, 2015). Havia residentes portugueses navegando pela baía de Luanda e a barra do Kuanza no mesmo período das expedições. Movido por compromissos diplomáticos restritos ao Kongo, D. Manuel I expôs, a partir do século XVI (13 de novembro de 1564), um alvará que proibia aos súbditos navegarem pelo sul do Rio Zaire e realizassem a cartografia, restringindo a relação apenas entre ele e o Ngola. Mais tarde, em 1519, outro decreto foi promulgado, reservando o comércio apenas à Coroa Portuguesa.

Os primeiros contatos ocorreram de modo estratégico por parte dos portugueses, que investiam em agradar os líderes locais oferecendo presentes como utensílios e roupas, além de incorporar hábitos desses povos, incluindo o léxico das línguas locais, haja vista “nikisi” que significava sagrado (Caragnato, 2011) e era usado em contextos religiosos, a exemplo de “bíblia nikisi”. Essas ações tinham o único objetivo de ganhar a confiança do líder do reino kongo e facilitar o domínio português.

Dessa forma, os representantes da coroa realmente conseguiram incorporar em primeiro momento a cultura local para depois, e aos poucos, imporem sua hegemonia cultural. Como estratégia, algumas pessoas foram levadas a Portugal para aprenderem a se portar adequadamente nos moldes europeus e estudar a língua portuguesa. A relação era boa, uma vez que os portugueses tinham o devido cuidado com o modo como os africanos posteriormente contariam suas experiências aos seus semelhantes. Era de fato um testemunho positivo, cooperando para a construção do imaginário acerca dos povos estrangeiros.

Consequentemente, o *modus operandi* português funcionou, o que consolidou a boa relação entre colonizadores e líderes africanos. Consoante Pinto (2015, p. 254) “[...] os interesses comerciais mbundu e portugueses, ligados sobretudo ao tráfico negreiro e legitimados pela evangelização, estavam sempre presentes. E em ambos os casos os intervenientes procediam a estratégias de sigilo.”

Essa relação ficou tão forte a ponto de criar uma rede de exploração que durou séculos, transformando seres complexos e plurais em meros objetos de mercadoria. Indubitavelmente, os escravocratas locais capturavam os africanos e os levavam para os portos de Benguela e de Luanda a fim de enviá-los ao Brasil na garantia de mão de obra farta, com o objetivo de atender às demandas do Período Colonial.

Enquanto isso, o Reino do Kongo passava por mudanças nas relações políticas e comerciais tendo por base a europeização das organizações sociais, a exemplo do título de duque e de marquês aos antigos líderes do reino, muitas sucessões complexas e sangrentas com anexação de territórios e invasões dos jangos e holandeses. Além disso, a organização social, antes comunitária e de subsistência, passou a ser privada com a concentração das decisões nas mãos de um grupo político.

Segundo Mingas (2000), no decorrer do período colonial, as zonas em Luanda estavam segmentadas conforme os povos e sua relevância no sistema implantado por Portugal. De um lado, estavam os portugueses subdivididos em colonialistas (agentes da colonização) e colonos (instrumentos da colonização). De outro, estavam os angolanos, separados em indígenas e assimilados. A cidade, então, tinha três zonas. No centro, habitavam os colonialistas. Na segunda zona, moravam os colonos e à margem, nos arredores da cidade, estavam os indígenas e os assimilados.

Com o passar do tempo, os colonos - degredados enviados de Portugal para povoamento e exploração da colônia - se relacionaram com os nativos, formando a população de mestiços a qual não era socialmente privilegiada, mas apresentava um número elevado de pessoas superando os portugueses nascidos na Europa. Como solução para o impasse, os lusitanos criaram a política dos assimilados em detrimento à população indígena. Enquanto essa pagava imposto anual, mas estava isenta de direitos, os assimilados tinham algumas regalias por falar bem a língua portuguesa e se adequar aos moldes eurocêntricos de comportamento. Portanto, seus filhos podiam ter acesso à escolarização juntamente com as crianças portuguesas e acesso à nacionalidade (Mingas, 2000).

2.3 AS GUERRAS ANTICOLONIAIS

O domínio português no território que hoje corresponde à Angola durou quase cinco séculos. Iniciou no final do século XV e findou na segunda metade do século XX, graças à

organização de resistência dos angolanos, o que fez eclodir a luta armada em prol da independência em 1961.

Nesse momento, adultos e jovens se juntaram na clandestinidade em meio aos mecanismos de violência e controle exercidos pelos lusitanos, haja vista as ações da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) que reprimia os rivais do governo e censurava os meios de comunicação. Outrossim, Portugal tinha o monopólio sobre os terrenos, desabrigando muitas pessoas, além de uma série de regras para a obtenção da cidadania, como ter moradia, fonte de renda para si mesmo e para a família, falar corretamente a língua portuguesa, conseguir atestado de conduta moral ou de bom comportamento, ter diploma, ou seja, excesso de condições que afastavam a população comum dos direitos básicos e eram intensificados pela intencionalidade do colonizador em dificultar o processo de obtenção dos documentos (David, 1991).

Era basicamente impossível suportar o jugo português após mais de cinco séculos de abusos e não ter por direito o próprio território. Como reação, três foram os movimentos armamentistas criados nesse período tendo em comum a autodeterminação: O Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), mas se diferenciavam entre si por questões ideológicas vindas da Guerra Fria. O MPLA, movimento articulado em 1956, mesmo não assumindo publicamente, se identificava com o socialismo da União Soviética e seguia ideologicamente o viés marxista-lenista, já a FNLA, organizada em 1962, mantinha uma posição mais conservadora recebendo o apoio dos Estados Unidos. A UNITA, fundada em 1964, recebeu componentes da região sul de Angola (Ovimbundu, Chokwe e Ngangela) e visava ao apoio popular e à movimentação das massas, mas era instável em relação ao apoio recebido; A China, por um momento, disponibilizou recursos para formar base militar dentro do território de Angola, e Zâmbia permitiu algumas atividades dentro do seu território, porém aconteceram divergências entre os líderes do país e os combatentes da UNITA.

O MPLA e o FNLA são os movimentos mais relevantes para entender as fases e os embates ocorridos em Angola até o momento da independência, em 1975. Ambos os grupos se destacaram no cenário internacional e em relação à adesão popular, porque estavam envolvidos no sentimento de pertencimento dos angolanos a nível racial e emocional e ideologicamente conectados a outros países que cediam apoio de homens, de territórios e de armamentos. Nesse contexto, o MPLA e o FNLA estavam imbuídos em um processo mais amplo e profundo,

conhecido como Ano Africano, ou seja, em 1960 uma quantidade considerável de países conseguiu sua independência da França e da Inglaterra, por exemplo: Nigéria, Madagascar, Somália, Tanzânia, Quênia, Costa do Marfim, entre outros.

As independências aconteceram não pela falha dos colonizadores de não serem capazes de administrar as regiões africanas após saírem prejudicados da Segunda Guerra Mundial, mas sobretudo por motivações ideológicas fortes e suficientes para lutar pela mudança social que não mais permitia viver sob o ciclo de exploração, revelando a articulação e a união dos africanos, protagonistas na sua própria luta (Silva, 2018).

A guerra em Angola teve três fases distintas que marcaram períodos de ascensão e apoios e prejuízos e descontinuidades principalmente em relação ao MPLA. A primeira (1961-1966) indica a ação de guerrilha do MPLA no interior do país, firme e aos poucos alcançando territórios. A segunda (1965-1970) simboliza a consolidação desse grupo a nível nacional, o único até então que conseguiu esse feito. A terceira (1970-1974) marcou o enfraquecimento do movimento por causa da perda de guerrilheiros nas bases do leste do país, somando-se a isso os desentendimentos internos no final da guerra.

Em 1961, dois eventos marcaram o levante dos africanos em meio a constante e pesada repressão colonialista, o Levantamento de 4 fevereiro e a Sublevação² de 15 de março. Assim, devido aos intensos combates com os lusitanos, o MPLA ficou fragilizado, limitando sua atuação ao leste de Luanda. Concomitantemente a esse fato, o FNLA buscava apoio do Congo e firmou acordos pelo reconhecimento do grupo como único movimento de libertação, a ser confirmado pela Organização da Unidade Africana (OUA).

Contudo, em 1963, o MPLA ascendeu principalmente depois da conquista de Cabinda - um território importantíssimo que ligava Angola ao Congo³. Ademais, Cuba e União Soviética destinavam ao movimento recursos, armamentos e homens dispostos a lutar pela causa. Desse modo, o MPLA se fortaleceu na guerra e conseguiu, por meio de acordos com a Tanzânia e a Zâmbia, acesso por terra até Angola, além de conseguir armamentos através do Oceano Índico concedidos pela URSS.

O sucesso do Movimento para a Libertação de Angola foi tão notável que o historiador Davidson (1970) afirmou que foi o único grupo de guerrilheiros com força de combate eficiente

² Neste ano, o Congo já tinha mudado sua forma de governo tornando-se mais revolucionário e identificado com o viés mais socialista.

³ Há uma diferença na grafia “Kongo” e “Congo”, porque o primeiro se refere ao Reino do Kongo e o segundo, à República democrática do Congo (país localizado na África Central).

a nível nacional. Porém, tão logo, a imponente e a articulação do movimento não duraram muito, pois em 1970 os combates com a UNITA e a FNLA enfraqueceram seu exército; também as tropas sul-africanas marcharam da Namíbia a Angola e ajudaram a derrotar o exército que anos antes controlava o território angolano.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Carta de Declaração das Nações Unidas estabeleceu a gradativa promoção do autogoverno nas ex-colônias (Silva, 2018), enquanto Portugal vivenciava um período de tensões ocasionado pelo Estado Novo sob o domínio de António de Oliveira Salazar. Esse fato, além de perpetuar o não reconhecimento do território angolano na condição de independente, também fez com que os combatentes portugueses na luta armada ficassem insatisfeitos principalmente pelo número excessivo de mortes e pela negligência do governo ao receber os soldados que tinham sequelas psicológicas e principalmente físicas.

Nesse contexto, o regime ditatorial português chegou ao fim, principalmente, devido à guerra de independência em Angola que causou uma profunda crise financeira e pela ação do Movimento das Forças Armadas (MFA) juntamente com o apoio da sociedade civil. Isso fez eclodir a Revolução dos Cravos em 1974 e instituir uma nova forma de governo, distante das represálias e da ausência de liberdade de opinião.

Resolver como se daria o fim da guerra não era uma pauta a ser postergada, mas mesmo após assumir a presidência, os militares não conseguiram propor acordos com os grupos combatentes nem decisões que incluíssem os angolanos. Pelo contrário, Spínola, representante do novo governo, renunciou ao posto em 30 de setembro de 1974 por não conseguir o cessar fogo, estabelecer a harmonia com a comunidade internacional e convencer o MFA a retirar suas bases de Angola. Havia, pois, dissensões dentro do governo e pressões de todos os lados.

Sendo assim, os militares identificados com os ideais de esquerda assumiram o cargo e as negociações com os guerrilheiros passaram a ser uma realidade. Portugal abriu frentes de diálogo com os três movimentos nacionalistas de destaque e, nessa conjuntura, surgiu o Acordo de Alvor, que tinha princípios estabelecidos com o objetivo de finalizar a guerra. Entre esses princípios estavam a não discriminação étnica, a data para conceder a independência que seria no dia 11 de novembro de 1975, a criação de um colegiado formado pelos representantes dos movimentos e a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

No entanto, o Acordo não foi suficiente para a concretização da independência e para um governo pleno de transição, porque os partidos não conseguiam ter concordância entre si, iniciando uma disputa interna violenta, o que teve como consequência uma corrida pelo governo

de Angola. Esse acontecimento estava inserido no cenário caótico deixado pela Guerra Fria, e os Estados Unidos, a União Soviética e Cuba, cada um ao seu modo e segundo afinidades, apoiaram os grupos a fim de mostrar imponência internacional. Nesse contexto, os Estados Unidos, escondido do congresso nacional, apoiaram a FNLA; Cuba ficou a cabo de fornecer mão de obra e armas altamente potentes ao MPLA, e a África do Sul, com medo da “ameaça comunista” em suas fronteiras, estava ao lado da UNITA.

Assim, o MPLA conseguiu ser campeão, mas a harmonia estava longe de ser um fato e o país ficou submerso em uma longa guerra civil. Segundo Peixoto (2009, p. 171) “A consagração da vitória do MPLA não significou a consolidação da paz, mas sim a oficialização de uma guerra civil iniciada ainda durante a luta de libertação, muito antes de Angola constituir “um só povo e uma só nação”.

Portanto, o novo Estado-nação passou por mais um período de instabilidade política e tensões entre os grupos que deveriam zelar pelo pleno exercício da cidadania. Em 1992, aconteceram as eleições diretas, mas o resultado não foi levado a cabo, surgindo mais anos de conflito, só então, em 2008, o voto foi respeitado com o MPLA ainda na regência do país.

3 POR MARES NÃO TÃO NAVEGADOS: O OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo, apresenta-se a definição do objeto de estudo e a revisão de literatura sobre o fenômeno escolhido, tanto no que atine ao âmbito mais geral (a concordância nominal de número) quanto à parte mais específica: a concordância de número em estruturas de predicativo do sujeito. Para isso, separaram-se os estudos canônicos e as pesquisas mais recentes no português brasileiro (PB) e nas variedades africanas da língua portuguesa com o objetivo de elucidar alguns contextos sócio-históricos e linguísticos e apontar direcionamentos para este estudo. Por fim, comentam-se os resultados dessas pesquisas que são relevantes para o desenvolvimento do presente trabalho.

3.1 A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NAS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS

A concordância nominal de número se estabelece quando os constituintes nominais da sentença recebem marcas morfológicas de plural, a exemplo do que ocorre no sintagma nominal sujeito, formado por determinante, pelo núcleo do sujeito e adjetivo. No entanto, a forma marcada em /s/ em todos os constituintes apresenta variação com o morfema zero /Ø/ que indica ausência de plural. Observe alguns exemplos (3), (4) e (5) com base em Brandão (2015).

(3)...em conversa com [outras crianças mais/mais desprendidas] (Informante PE)

(4)...[todos os político(Ø)], não, o Lindinho (Informante PB)

(5) ...peguei [as minha(Ø) ferramenta nova (Ø)] (Informante PST)

Apesar de no português a pluralidade consistir em uma variável sociolinguística, de acordo com Trask (2004), nem todas as línguas naturais fazem a concordância entre os termos de uma oração, consistindo, portanto, em um fenômeno não universal e não comum a todas as línguas. O autor as separa em três grupos a partir do modo que indicam plural. Grupo 1: línguas que possuem bastante concordância, como o russo e o alemão; Grupo 2: línguas cujo plural

pode acontecer apenas em um sintagma dentro da sentença, por exemplo, nas línguas românicas: o espanhol, o português e o francês; Grupo 3: línguas que não apresentam morfema flexional, a exemplo do chinês.

No que tange ao português, as marcas morfológicas flexionais de concordância podem acontecer ou não a depender dos contextos de uso, consistindo em variação linguística cujas duas variantes têm o mesmo valor de verdade (Tarallo, 2006). Nesse contexto, várias pesquisas já se debruçaram em investigar o fenômeno dentro do sintagma nominal, tanto na norma culta quanto no português popular brasileiro e nas variedades africanas, a fim de diferenciar o português falado em situações de contato linguístico do português europeu (PE), pois neste último a norma é categórica em todas as regiões de Portugal, até mesmo na Ilha da Madeira, enquanto as outras localidades apresentam um alto índice de variação linguística.

Nesse contexto, Negrão e Viotti (2014) vão de encontro à teoria da gramática gerativa (Roberts e Kato, 1993) e à deriva secular da língua⁴. Sendo assim, a tese das autoras é de que a gramática do português brasileiro resulta do contato linguístico iniciado em África, pois antes da viagem transatlântica ao Brasil, as interações entre os escravizados já ocorriam enquanto eles aguardavam a árdua viagem; também aconteciam as relações entre o português do século XVI e as línguas africanas de diferentes famílias e esses com as línguas autóctones do Brasil, após a travessia de África ao Brasil. Portanto, a variedade brasileira é considerada transatlântica, porque começou a ser formada entre europeus e africanos antes do século XVI.

As variedades que emergiram do contato colonial fazem parte das especificidades sócio-históricas de cada povo e da convivência entre eles em uma situação extremamente desconfortável. No caso de Angola, o convívio entre africanos e portugueses passou a ser conflituoso a partir do final do século XVI, quando Portugal modificou a sua política para incluir o projeto que se pautou na subjugação de povos e nas práticas de evangelização cristã. Antes disso, houve as estratégias de negociação por meio das quais os lusitanos buscaram se aproximar dos líderes africanos.

Segundo Negrão e Viotti (2014), no período colonial, os africanos separados para serem levados ao Brasil, enquanto estavam em cativeiro em solo africano, falavam línguas não similares entre si, a ponto de ser possível terem desenvolvido uma língua veicular na condição

⁴ A primeira explica a mudança sob a teoria de princípios e parâmetros comuns às línguas ao redor do mundo e a segunda entende que as mudanças que ocorreram em um dado sistema linguístico correspondem às predisposições inerentes ao sistema. Ambas são reducionistas, pois destacam apenas os aspectos linguísticos, afastando a parte social.

de estratégia comunicativa. Isso mostra que as interações por meio da língua não começaram no Brasil, como salienta Lucchesi (2009) na hipótese da transmissão linguística irregular, mas sim entre portugueses e africanos antes do início da colonização do Brasil e entre os próprios africanos durante o processo de desumanização propiciado pelo tráfico.

A principal hipótese para a erosão nas categorias morfológicas de número em situações de intenso contato com as línguas africanas e indígenas advém dos postulados de Lucchesi (2012). O autor acredita que esse fato possui como principal motivação a transmissão linguística irregular de tipo leve (TLI), a qual, conseqüentemente, fez surgir uma ampla variação na concordância nominal e verbal por intermédio da aquisição do português sem a presença da escolarização e normatização, realizada por oitiva.

Brandão (2015) realizou estudos sobre a concordância nominal de número com base nos corpora do projeto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias*. Os dados foram gravados em centros urbanos - Lisboa, Oeiras e Funchal (Portugal); Copacabana e Nova Iguaçu (Rio de Janeiro) e na capital de São Tomé e Príncipe (São Tomé). Pelo fato de São Tomé ter 98,9% de falantes do português segundo o censo de 2001 e conviver em situação de multilinguismo, torna-se interessante entender os padrões variáveis dessa variedade, além de oferecer indícios sobre o que teria acontecido no PB do ponto de vista sociolinguístico, uma vez que ambas passaram por processos de aquisição do português como língua estrangeira. No entanto, cabe ressaltar que apesar de se aproximarem, os contextos sociais e políticos não são idênticos, porque, por exemplo, em São Tomé há convivência com uma língua crioula.

A linguista verificou que os contrastes entre o PE, o PB e o PST são grandes porque na variedade europeia a regra é essencialmente categórica, o que não ocorre nas outras variedades, pois a regra é variável para falantes dos níveis fundamental e médio, e semicategórica na fala dos participantes cultos. Além do mais, as análises têm mostrado que variáveis estruturais (traços de animacidade, posição do SN e saliência fônica) e sociais (nível de instrução, sexo e faixa etária) corroboram o fenômeno, mostrando-se mais relevantes a posição linear e relativa do constituinte no SN e o nível de instrução ou escolarização. Em ambas as variedades, em relação ao nível de instrução e à posição dos constituintes dentro do sintagma, com exceção de Nova Iguaçu⁴, há um continuum aplicável em Copacabana e São Tomé de caráter escalar, ou seja, o uso da concordância acontece conforme o aumento do nível de

escolarização, e os itens pré-nucleares, à esquerda da ⁵sentença, são mais marcados, enquanto os traços morfológicos de plural diminuem drasticamente na posição pós núcleo, à direita.

Os estudos da CN no PB se alinham entre si, no sentido de que os fatores linguísticos se destacam, principalmente a posição dos elementos no SN, Scherre (1988), Dias (1993) e Carvalho (1997), a saliência fônica Naro e Lemle (1976), Carvalho (1997) e Lemos (2014) e os fatores sociais, como o sexo, nível de escolaridade e faixa etária. Nesse contexto, a maioria dos estudos mostra que as mulheres fazem mais concordância do que o sexo masculino por buscarem nas zonas urbanas estratégias de ascensão social, o que não ocorre nas zonas rurais, onde os homens passam mais tempo fora da comunidade, o que lhes permite adquirir a norma culta.

Ademais, a literatura sobre o fenômeno salienta a correlação entre maior nível de escolarização e o uso de marcas de concordância. Carvalho (1997) divide os participantes de Rio Branco tendo por base três níveis de escolarização, a saber: analfabetos (nível I), primeira à quarta série (nível II) e quinta à oitava série (nível III). Em relação aos falantes analfabetos, os resultados mostram que as marcas de plural para os falantes analfabetos não atingem .50 do peso relativo, salientando que o não acesso à escolarização inibe a forma marcada morfológicamente. Já aqueles que estavam cursando o fundamental II, adquiriram de modo formal a variante de prestígio. Nesse sentido, cabe destacar o fato de os falantes falarem no âmbito da vida domiciliar uma variedade do português popular, conhecida por seus traços estigmatizantes, e ao irem para a escola, adquiriram a norma culta.

É incontestável que, nas pesquisas do PB, a concordância de número tenha sido um tema fecundo tanto nas zonas urbanas como rurais, principalmente ao abordar a perspectiva do contato entre línguas na formação da variedade brasileira. Já no PA, vale destacar as investigações de Inverno (2004, 2005, 2009). No trabalho *A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal*, a autora chama atenção para a instabilidade do português no território angolano, não sendo possível afirmar uma nova variedade de português consolidada, uma vez que a população teve acesso à língua do superstrato na segunda metade do século XX e essa ainda passa por uma reestruturação da gramática em contato com as línguas bantu, sendo isso mais evidente quando se analisa os

⁵ Em Nova Iguaçu, os falantes do nível do fundamental aplicaram mais a regra.

aspectos morfosintáticos no SN.

No que tange ao português falado na cidade de Luanda, capital de Angola, Lemos (2014) se dedicou ao estudo da concordância de número no SN e fez um recorte metodológico ao focalizar os falantes analfabetos ou com ensino fundamental incompleto, englobando as faixas etárias I, II e III. As variáveis estatisticamente relevantes em sua pesquisa foram origem e gênero, isto é, apenas sociais. Sendo assim, indo de encontro a maioria dos estudos acerca do objeto, na capital angolana são os homens quem mais aplicam as marcas de plural entre os termos e, segundo a pesquisadora, esse fato acontece uma vez que as pessoas do sexo masculino tiveram mais acesso à leitura e à escrita do que o sexo feminino (Lemos apud Bento, 2010).

Ao comparar seus resultados com o de Lucchesi (2000), Lemos encontrou similaridade em relação aos pesos relativos (.63) que indicam mais concordância por parte dos homens. A pergunta que se instala é: como comunidades tão diferentes entre si têm um resultado parecido? É típico do PB nas zonas urbanas o domínio da norma culta pelas mulheres que a usam como estratégia de ascensão social. Isso não ocorre nas zonas rurais do Brasil, pois as mulheres têm papéis sociais diferentes dos homens: enquanto estes trabalham fora, as mulheres permanecem em casa, cuidando da lavoura e das tarefas domésticas. Em Luanda, a sociedade se configura de maneira distinta, porque os homens participam mais ativamente da sociedade, enquanto as mulheres continuam a exercer um papel secundário e mais tradicional (Baxter, 2009).

O sociólogo angolano Domingos (2018), em seu artigo *Vozes de mulheres: gênero e cidadania em Angola*, discute a relação de poder entre homens e mulheres na sociedade de seu país e afirma que: “Mulheres e homens têm acesso diferenciado aos recursos disponíveis. Estes últimos gozam de maiores privilégios e, portanto, exercem de forma mais ampla a cidadania.” (Domingos, 2018, p. 159). O autor ressalta o papel do gênero não somente como diferenciador social entre homens e mulheres, tomado equivocadamente a partir do sexo para colocar o sexo feminino em posição de subalternidade, mas sim um princípio de estrutura da sociedade, o que, indubitavelmente, influencia todas as dinâmicas sociais, incluindo a não participação efetiva nas tomadas de decisão e a não realização plena da cidadania. Nesse contexto, cabe frisar a relevância incontestável do meio social no uso das formas linguísticas, incluindo o estudo da concordância.

Além disso, o estudo de Lemos (2015) ressalta que os falantes nascidos na capital, em oposição aos que vieram de outras províncias, realizam o morfema de plural no SN com .74 de peso relativo contra .34 daqueles que migraram para Luanda. Por se tratar da cidade mais

desenvolvida economicamente no país, tanto em oportunidade de empregos e acesso a universidades, acredita-se que há mais necessidade de se aproximar do padrão, a qual se relaciona à ascensão social e a norma europeia.

Portanto, a partir do estado da arte aqui exposto, cabe salientar que a sócio-história de uma comunidade de fala, para além dos fatores linguísticos, é fundamental nos estudos de um fenômeno tão caro à linguística como a concordância nominal de número. No caso de Angola, ainda não existem vastos estudos como ocorrem no PB, existindo então a necessidade de mais investigações sobre a variedade falada na capital e em outras cidades do país, bem como pesquisas que englobam outras estruturas de concordância, por exemplo, os predicativos do sujeito, a fim de sistematizar e compreender uma variedade em formação e os indícios da influência dos contatos linguísticos na língua portuguesa.

Por isso, esta dissertação focaliza, em especial, a concordância nominal de número que ocorre dentro dos predicativos do sujeito com o intuito de ampliar as pesquisas sobre a concordância nominal em variedades do português faladas em África, sobretudo no português falado em Angola, visto que ainda não existem estudos que priorizam essa estrutura no país.

3.2 A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NOS PREDICATIVOS DO SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NAS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS

Segundo Bechara, os predicativos acontecem com verbos específicos:

“Estes verbos se caracterizam por uma referência tão vaga à realidade comunicada, que fazem do predicativo um argumento, pelo aspecto semântico, muito mais intrinsecamente relacionado com o verbo do que os demais integrantes do predicado complexo (os complementos direto, relativo e indireto) e portador de referência a traços essenciais do sujeito” (Bechara, 2009, p. 351).

Nesse sentido, o predicado complexo que envolve os predicativos do sujeito acontece com verbos que estão na função copulativa (ficar, permanecer, estar, continuar, entre outros) e o ponto mais importante recai no predicativo, por ter uma extensão de significado em relação ao verbo e atribuir qualidades exclusivas ao sujeito, estabelecendo relação de concordância, ao contrário do que ocorre com os demais argumentos verbais (objeto direto e indireto).

Alguns gramáticos, a exemplo de Cunha e Cintra (2017), distinguem os tipos de predicados conforme o núcleo. Dessa forma, os predicativos do sujeito somente se realizam com predicado nominal e predicado verbo-nominal; aquele é composto por verbos de ligação enquanto este último, por verbos de ação. Além do mais, como tradicionalmente já se tem afirmado, os predicativos são representados por determinadas classes de palavras: substantivo ou expressão substantivada, adjetivo, numeral, pronome e por oração subordinada predicativa. Seguem os exemplos (6), (7), (8), (9) e (10) abaixo, retirados da *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra:

(6) O boato é um **vício** detestável. (C. de Oliveira, AC, 183.);

(7) A praia estava **deserta**. (Branquinho da Fonseca, MS, 11.);

(8) O mito é o nada que é **tudo**. (F. Pessoa, OP, 8.);

(9) Nós éramos **cinco** e brigávamos muito, recordou Augusto, olhos perdidos num ponto X quase sorrindo. (C. Drummond de Andrade, CA, 5.);

(10) Uma tarefa fundamental é **preservar a história humana** (N. Pinon, FD, 73).

Para além da representação por intermédio das classes de palavras, é relevante fazer uma ressalva de que nem todos os itens pertencentes a determinadas classes mudam sua forma para concordar em número e gênero com o sujeito, por exemplo: o pronome indefinido em (8) e o numeral cardinal em (9).

Perini (2005), em sua *Gramática Descritiva do Português*, chama o predicativo de “complemento do predicado” que recebe o traço [+CN], isto é, possui mais concordância nominal e estabelece uma diferenciação fundamental do objeto direto, o qual se define como [-CN]. Para o autor, a definição do complemento predicativo é [-CV, +Ant, +Q, +CN], ou seja, possui menos traços de concordância com o verbo, mais anteposição, pois pode vir antes do verbo sem nenhuma alteração semântica, por exemplo: bonitos os meninos estão; +Q, pois serve de resposta a uma pergunta e +CN, uma vez que concorda com o sujeito em gênero e número. As definições até aqui apresentadas importam no pensar para além do contraste dos predicativos do sujeito em relação a outros itens da gramática, visando, sobretudo, suas características fundamentais e a estrutura básica onde eles estão e como se comportam. Dessa forma, os predicativos, no sentido estritamente linguístico, são analisados conforme as nuances

empregadas na elaboração do enunciado.

Unindo análise descritiva do fenômeno sob o viés que prioriza as relações entre língua, cultura e sociedade, a saber a sociolinguística variacionista, há trabalhos de conclusão de curso (TCCs), teses e dissertações: Scherre (1991), Dias (1996), Antonino (2007), Lucchesi (2009), Salgado (2010), Antonino (2012), Furtado (2017), Soares (2022). Essas pesquisas se inserem tanto no português popular brasileiro, com destaque para as comunidades tradicionais quilombolas como no português rural, na norma culta brasileira e na norma culta das variedades do português faladas em São Tomé e em Moçambique.

Os estudos pioneiros de Scherre (1991) buscaram, primordialmente, testar a hipótese do paralelismo⁶ formal nos predicativos do sujeito e participios passivos na norma urbana culta, usando os dados do *Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta* (NURC). Para sua investigação, a pesquisadora coletou 759 dados, sendo 90% deles eram de predicativos e 380 ocorrências perfizeram a concordância evidenciando variação estável. As variáveis extralinguísticas selecionadas (sexo, faixa etária e escolarização) mostraram que as mulheres é o grupo que mais marca o plural e quanto maior o nível de escolarização, maior é o uso da concordância padrão. Além do mais, a autora atestou o princípio anteriormente mencionado, pois três das variáveis estatisticamente relevantes são condicionadas pelo processamento.

As conclusões de Scherre (1991) sobre o paralelismo formal influenciaram de modo significativo as pesquisas que vieram posteriormente, visto que os fatores linguísticos selecionados por ela fazem parte de todo estudo comprometido a investigar a concordância de número nos predicativos do sujeito, são eles: paralelismo formal das sequências de predicativo no discurso, características formais do sujeito da construção, características formais do verbo da construção, estruturas do predicativo, processos morfofonológicos de formação do plural, tonicidade dos itens singulares, ordem dos elementos na estrutura e material interveniente entre o verbo e o predicativo/particípio.

Nesse contexto, Dias (1996) aplicou os fatores linguísticos e sociais da linguista citada anteriormente e acrescentou a variável grupo étnico (açorianos, escravos e italianos) selecionando 72 informantes moradores de três cidades do sul brasileiro: Irati (PR),

⁶ De acordo com Scherre (1991), no paralelismo formal, formas marcadas levam a formas marcadas, da mesma forma que a ausência de marcas de plural levam a zeros.

Florianópolis (SC) e Chapecó (SC). A pesquisadora separou 768 ocorrências (625 de predicativos e 143 de participios passivos). Desse modo, as estruturas com predicativo do sujeito corresponderam a 81% dos dados.

A investigação de Dias (1996) se aproximou dos resultados de Scherre (1991), uma vez que aquela encontrou 43% de concordância, enquanto essa, 46%, indicando variação estável cujas formas marcadas e não marcadas coexistem entre si, não havendo um direcionamento para uma mudança linguística na norma culta. Além disso, elas confirmaram o princípio do paralelismo formal analisando as variáveis características formais do sujeito, características formais do verbo e sequência de predicativos/participios no discurso e o princípio da saliência fônica, observando as variáveis processos morfofonológicos de formação de plural, estruturas do predicativo e tonicidade dos itens singulares⁷.

Antonino (2007) traz outra perspectiva no sentido de perscrutar o português popular do interior da Bahia nas cidades de Poções e Santo Antônio de Jesus, pois além da concordância de número, sua dissertação investigou também a concordância de gênero, característica típica de comunidades mais isoladas e rurais. O *corpus* escolhido para a sua pesquisa foi constituído de 48 informantes (24 informantes da sede do município e 24 da zona rural) distribuídos em três faixas etárias: faixa I - de 25 a 35 anos; faixa II - de 45 a 55 anos e faixa III - acima de 65 anos.

No que concerne à concordância de número, Antonino (2007) verificou um índice muito baixo de aplicação da regra. Entre 307 ocorrências de predicativos do sujeito e participios passivos, apenas 13 receberam marcação morfológica, o que corresponde a 4% dos dados. Dessa forma, seus resultados atestam a hipótese de Lucchesi (2012) a respeito da realidade sociolinguística polarizada no Brasil, porque de um lado os estudos da norma culta evidenciaram cerca de 50% de concordância, enquanto nas comunidades rurais e/ou quilombolas a regra não chega a 10%.

Lucchesi (2009), ao estudar as comunidades quilombolas em três diferentes regiões da Bahia (Cinzento, Helvécia e Barra Bananal), percebeu que a ausência de concordância de número em estruturas predicativas tinha em sua gênese o contato entre línguas, o que, conseqüentemente, ocasionou uma erosão morfológica maior. Nesse sentido, o sociolinguista

⁷ Itens mais salientes fonicamente no singular adquirem mais chances de ter formas marcadas morfológicamente.

encontrou apenas 1% de concordância padrão nessas comunidades que são mais isoladas e mais africanizadas. Importante salientar que suas investigações aconteceram na segunda metade do século XX e, atualmente, em algumas comunidades tradicionais mais integradas socialmente e em contato com a norma culta, é possível encontrar uma situação diferente.

Salgado (2010) estudou o fenômeno em Muquém, uma comunidade remanescente de quilombo localizada em Alagoas, com o intuito de investigar as características que distinguem as comunidades quilombolas das comunidades não africanizadas e buscar maiores informações culturais e sociolinguísticas da comunidade específica. A amostra escolhida para a análise dos dados selecionou falantes das comunidades e que não tivessem passado mais de dois anos fora dela.

Em sua dissertação, apenas variáveis linguísticas foram selecionadas como relevantes pelo pacote de programas GoldVarb, são elas: a concordância verbal, os tipos de sujeito e a referência ao falante no discurso. Assim, os dados mostraram que a concordância verbal favorece a concordância entre o sujeito e seu predicativo; Em relação aos tipos de sujeito, o sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis se mostrou favorável à concordância (96,6%), e a referência ao falante no discurso, isto é, falar de si mesmo aumenta as chances de marcar o plural.

A autora encontrou 33% de concordância, mostrando que o percentual está abaixo da norma urbana, mas maior do que aquele encontrado por Lucchesi (2009). Apesar de os fatores sociais não serem estatisticamente relevantes, Salgado (2010) faz uma análise qualitativa e afirma que possivelmente a comunidade caminha em direção ao nivelamento linguístico:

O grupo de fator faixa etária está relacionado ao método do tempo aparente para verificar se estaria havendo uma mudança em progresso em direção a maior marcação de concordância entre sujeito e predicativo na fala dos habitantes de Muquém. Esse grupo de fator foi o segundo a ser eliminado pelo Goldvarb X e apresenta resultados importantes, porém não permite uma confirmação mais categórica sobre a mudança. (Salgado, 2010, p. 120).

Furtado (2017), fez um recorte metodológico no que atine aos 48 falantes da cidade de Fortaleza provenientes de 69 bairros. Eles foram estratificados socialmente a partir dos anos de escolarização (0-8 anos e 9-11 anos), da elocução formal (do tipo diálogo entre participantes-D2 e tipo de elocução formal-EF), da faixa etária (faixas 1, 2 e 3) do gênero (masculino ou feminino). Além disso, incluiu a análise de teste de reação subjetiva apenas para estudantes

universitários da Universidade Federal do Ceará das áreas de ciências exatas, ciências biológicas e ciências humanas (24 estudantes no total) nascidos na cidade de Fortaleza, com o intuito de averiguar de que modo os falantes percebem a concordância. Entre os falantes, 64% estudaram em instituições privadas no ensino médio e 36%, públicas.

A pesquisadora encontrou, como resultado geral, 66.2% de presença de marca de plural explícita /s/ no predicativo, apontando para o fato de os fortalezenses serem mais conservadores do que os falantes do Rio de Janeiro (Scherre, 1991) e do sul do Brasil (Dias, 1996), pois respectivamente foram encontrados 50% no estudo de Scherre e 43% na pesquisa de Dias.

No que diz respeito ao teste de reação subjetiva e de atitude, o estudo foi abrangente e, por meio do Google Forms, teve 300 falantes. Nesse contexto, o questionário foi um instrumento para saber como a forma de prestígio nos ambientes formais e informais influenciavam a reação dos estudantes e quais formas foram mais estigmatizadas. Por exemplo, uma das perguntas se direcionou para averiguar o contraste entre singular e plural da palavra “difícil” (mais saliente foneticamente por causa do plural irregular) e, conseqüentemente, qual era a percepção dos universitários; 80% responderam que não falavam nunca uma estrutura como “No interior, as coisas são muito mais difícil”. As perguntas que se seguiram mostraram que os participantes avaliam positivamente a concordância de número nos predicativos do sujeito, o que mostra que, mesmo distante do sintagma nominal sujeito, o predicativo é sim percebido pelos falantes e o uso de sua forma singular em contextos formais e informais, quando deveria estar no plural de acordo com a fala culta, é percebido negativamente, mostrando que a ausência de concordância é um fator de estigmatização social.

No que atine a outras variedades além-mar do português, os estudos são ainda mais escassos, porém o fenômeno foi recentemente investigado no continente africano, no português são-tomense (PST) e no português moçambicano (PM). Soares (2022) pesquisou a concordância nominal nas estruturas predicativas/passivas focalizando a capital Maputo, visando falantes que nasceram na cidade ou moram há pelo menos 10 anos, assim, pontuando o caráter multilíngue do país cujas línguas nacionais convivem com o português. As variáveis sociais escolaridade e estatuto do português foram estatisticamente importantes, ao contrário das estruturais as quais não foram relevantes. Assim, falantes com menor nível de escolaridade e aqueles que têm o português como segunda língua (L2) são os que menos aplicam a regra padrão de concordância.

As pesquisas selecionadas para este estado da arte mostram um contraste na concordância de número nos predicativos do sujeito na norma popular e na norma culta, revelando até o momento uma realidade sociolinguística ainda polarizada (Lucchesi, 2012), não se distanciando também do que ocorre na concordância de número nos SNs. Indubitavelmente, a ampla variação morfológica é uma característica do PB em todos os estratos sociais, e os estudos aqui expostos e comentados serão de grande valia para pensar na concordância de número nos predicativos do sujeito no português falado em Luanda, uma vez que a principal característica que aproxima os dois países foi terem passado pelo processo de colonização e nativização do português. Sendo assim, o fenômeno será analisado tanto na norma culta quanto nas variedades estigmatizadas, pontuando que muitos participantes falam as línguas nacionais concomitantemente ao português.

4 RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE: A SOCIOLINGUÍSTICA

Nesta seção, apresentam-se os fundamentos teóricos imprescindíveis para esta dissertação em andamento: A Teoria da Variação e Mudança, que considera a heterogeneidade ordenada como característica principal dos fenômenos linguísticos, associada à Sociolinguística de Contato, que explica os contextos históricos e culturais das novas variedades de línguas que surgiram no contato entre o PE e as línguas africanas.

4.1 A SOCIOLINGUÍSTICA LABOVIANA

A Sociolinguística é um dos campos de estudo da linguística que começa a se destacar a partir da década de 1960, com os estudos de William Labov sobre a centralização dos ditongos (ay) e (aw) na ilha de Martha's Vineyard e a estratificação social do [r] em posição pós-vocálica nas lojas de departamento em Nova York. Essas pesquisas se concentraram em investigar de modo sistematizado a relação entre língua e comunidade de fala e por quais motivos os falantes preferiam uma variante linguística em detrimento de outra, razões marcadas pelo viés social, cultural e político da língua.

A teoria escolhida para embasar esta tese vai de encontro aos estudos formalistas, sobretudo o Estruturalismo, que tinha uma concepção centrada na homogeneidade linguística. Sendo assim, a mudança linguística não era uma prioridade, uma vez que se tornava inconcebível tratar de sistema e variação concomitantemente, por entender-se que esta não se organizava dentro da língua, produzindo, portanto, o caos.

Ferdinand Saussure, no século XX, definiu o objeto de estudo da linguística moderna: a langue (língua). Para ele, havia a distinção entre língua e fala: enquanto esta consistia no embrião da linguagem, era individual por natureza e depositada na psique do falante, a língua simbolizava uma expressão da faculdade da linguagem, compartilhada entre os membros que partilhavam o mesmo corpo social, sendo homogênea de modo que o indivíduo não interfere nela:

“Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, no cérebro dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.” (Saussure, 2012, p. 21).

Sendo assim, a língua é vista como um contrato mútuo entre os falantes, um átomo formado por diversas partes e combinações que ganham sentido dentro da sociedade. Nesse contexto, ela é a expressão do signo linguístico, que possui duas partes interdependentes: significado (conceito) e significante (imagem acústica processada pelo cérebro).

Embora reconhecesse a variação, Saussure preferiu concentrar suas investigações na separação e abstração do sistema linguístico atomístico, focalizando a *langue* e priorizando a sincronia. Para ele, o estudo da mudança fazia parte apenas da investigação histórica ou diacrônica, quando uma forma já substituiu a outra, porque todo seu processo somente seria passível de explicação após a sua finalização. Não havia, portanto, lugar em sua teoria para um estudo robusto da mudança da língua na sincronia: “Com efeito, a imobilidade absoluta não existe; todas as partes da língua estão submetidas à mudança [...] o rio da língua corre sem interrupção; **que seu curso seja tranquilo ou caudaloso é consideração secundária.**” (Saussure, 2012 [1916], p. 163, grifo nosso)

Em 1968, Labov, Uriel Weinreich e Marvin Herzog propuseram os fundamentos para a mudança linguística que deram origem ao livro *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*. Para Lucchesi, essa obra representa “Uma nova concepção do objeto de estudo com fundamentação empírica para se afirmar no seio da comunidade científica” (2004, p. 169), justamente por colocar em questão as incoerências e paradoxos das teorias que levavam em conta somente aspectos entre língua e mente, competência e desempenho, e propor a reflexão sistemática sobre a mudança linguística a partir de dados empíricos.

Nessa obra, o objeto de estudo estabelecido é a gramática da comunidade de fala, e os autores estabelecem os cinco princípios para uma teoria da mudança linguística:

- O problema dos fatores condicionantes: o intuito é estudar a mudança e/ou as condições possíveis para a mudança dentro do curso do tempo (sincronia), considerando fatores linguísticos e extralinguísticos.
- O problema da transição: Ao observar as variáveis linguísticas, é possível compreender as formas arcaicas e inovadoras que ocorrem simultaneamente.
- O problema do encaixamento: investiga a natureza e a extensão do encaixamento das variáveis na estrutura linguística. Elas são extremamente relevantes porque são parte da competência dos falantes na comunidade de fala. Quanto aos fatores sociais nesse processo, vale destacar que, apesar de incidir

no sistema de forma plena, nem sempre sua significação social torna-se semelhante.

- O problema da avaliação: a avaliação subjetiva combina-se com a correlação das variáveis, pois o julgamento dos falantes de uma dada comunidade de fala importa no direcionamento da mudança, se é aceita ou dispensada.
- O problema da implementação: a implementação da variável na comunidade de fala é um processo gradual e contínuo, o qual começa em um subgrupo dentro da comunidade e depois se generaliza. Porém, como novos grupos tendem a entrar na comunidade, há alternâncias no processo. O completo estágio de mudança acontece quando desaparece a significação social da variável.

Desse modo, os teóricos da sociolinguística rompem com a visão engessada do sistema linguístico e o pensamento da mudança como algo externo e pertencente à diacronia, pois ela deve ser estudada por meio da variação, com a certeza de que é possível realizar explicações contextualizadas no presente.

Labov mais especificamente superou as dicotomias de Saussure ao definir o conceito de tempo aparente, isto é, o estudo da mudança em progresso por meio da variação sistemática dentro da comunidade, considerando a faixa etária dos indivíduos, o que pode direcionar se a variação pode se transformar em mudança ou não. Ele concebe a variação ordenada por fatores linguísticos e extralinguísticos como parte intrínseca do sistema linguístico e faz parte dessa atividade a escolha por falantes reais dentro da comunidade heterogênea.

Além disso, o resgate da historicidade da língua marca esse novo campo no estudo linguístico, uma vez que as considerações a-históricas e generalizantes são descartadas por entender que os processos de mudanças linguísticas não ocorrem da mesma forma, porque os contextos e condições diferem entre si; portanto, respostas universais e teorias gerais acerca da mudança tornam-se insuficientes, visto que o processo de mudança somente é passível de explicação e sistematização ao se analisar minuciosamente a comunidade de fala.

Consoante Tarallo (1997), a comunidade é o ponto de partida e de chegada do pesquisador, porque o objetivo é retomar a relação entre língua e sociedade. Dessa forma, o campo teórico se configura na complexidade de compreender o comportamento social, escolaridade, relações de trabalho, ou seja, tudo que se insere no âmbito da cultura de um povo.

“Municie-se desta relação e tire dela o proveito teórico e metodológico possível.” (Tarallo, 1997, p. 6).

Ademais, o pesquisador observa e participa ativamente do processo comunicativo, a fim de coletar os dados por intermédio do vernáculo. Isso é feito na elaboração de narrativas de experiência pessoal que consiste em um questionário criado para homogeneizar os dados e gravar as entrevistas.

Portanto, a teoria linguística adequada para investigar um aspecto inerente a todas as línguas - a mudança - deve ter em seu cerne o estudo empírico dentro da comunidade heterogênea. Nesse sentido, segundo Tarallo (p. 6), o pesquisador sociolinguístico precisa, antes de tudo, compreender a relação entre língua e sociedade: “Municie-se desta relação e tire todo o proveito teórico e metodológico possível!” Sendo assim, os dados de fala inseridos na cultura e na história de um povo são igualmente importantes para conceder respostas coerentes sobre a variação sistemática dentro da língua, explicada na conjugação de fatores internos ao sistema e fatores extralinguísticos.

4.2 O CONTATO ENTRE LÍNGUAS E A SOCIOLINGUÍSTICA DE CONTATO

O contato linguístico é o cerne de toda manifestação linguística, tanto no passado quanto no presente, visto que acontece para estabelecer vínculos, trocas comerciais e culturais. Sendo assim, interessa à Sociolinguística os estudos dos contatos entre línguas e a influência deles no processo de variação e mudança.

Nesse sentido, ao falar em contato linguístico e o tipo de contato ocorrido entre povos em diferentes épocas e contextos, não se pode deixar de abordar a consolidação do Império Romano no cenário mundial. Segundo Mota (1996), o contato é, inicialmente, social e compreende comunicações diversas, implicando relações políticas e culturais que incidem na dinâmica linguística.

A partir disso, é sabido que a dissolução da unidade linguística do latim vulgar nas línguas românicas foi um processo desencadeado pelos contatos entre povos e culturas em períodos diversificados e contextos não semelhantes. De fato, a romanização realizou-se de modo lento, contínuo e gradual; a começar pelo domínio da Península itálica ocorrido de 349 A.C a aproximadamente 272 A.C.

Os romanos tinham um modelo muito eficiente e sábio de expansão, porque respeitavam os limites étnicos, geográficos e culturais pré-existentes, evitando confrontos com as

populações de origem. Primeiro, se organizavam para anexar e iniciar sua administração a partir das unidades territoriais, a exemplo da região da Península Ibérica que tinha, para além da complexidade ética e linguística, uma difícil estrutura geográfica, o que preservou a divisão em três províncias.

A romanização consistiu em um processo de assimilação que tinha prestígio social e era normalmente bem aceita pela população do substrato. Consoante Serafim da Silva Neto (1979), existiram três distintas fases de contato entre a população românica e os povos que habitavam a Hispânia: expectativa, marginalidade e vitória da cultura romana em relação às outras. A expectativa era a fase inicial do longo processo de aculturação; a marginalidade significava a maleabilidade entre as duas culturas cujos povos se tornavam bilíngues, e a vitória da cultura romana representava a consolidação dos costumes, da administração e da língua acelerados pela expansão do cristianismo.

Nesse sentido, os militares eram a principal ordem responsável pela difusão cultural, pois onde eles se estabeleciam formavam contatos sociais e a difusão de sua língua. Consequentemente, após o estabelecimento dos romanos nas terras conquistadas, aconteceu o florescimento da vida urbana, o que incidiu na mudança dos costumes e o desejo pelo padrão de vida romano, e o latim levou consigo o prestígio cultural e se tornou a principal língua da administração pública, das artes, dos tribunais e dos anúncios do governo. Portanto, era natural que os povos conquistados buscassem a cidadania romana - o direito de se casar, de conseguir serviço na administração e de comercializar. Isso só seria possível com a aquisição da língua latina.

Apesar do grande prestígio do latim como língua culta e administrativa, a sociedade não era homogênea. Segundo Oliveira (1999, p. 48), “como em qualquer língua falada, existiram vários latins, um para cada grupo social.” Por isso, na sociedade romana, nem todos falavam o Latim Clássico, pois as condições de vida se diferenciavam entre os plebeus e os patrícios. Estes dominavam o Latim Clássico, uma vez que eram cidadãos, já a plebe falava o Latim Vulgar e exercia muitas funções, como comercializar e realizar trabalhos manuais.

Após a dissolução do Império devido às invasões bárbaras e ao governo de imperadores descomprometidos, o latim clássico passou por um processo de escassez motivado pela ausência da escolarização, e o latim vulgar se converteu nas línguas românicas (o francês, provençal, romeno, italiano, espanhol e o português), sendo o português, no século XVI, transplantado para o Brasil por intermédio do projeto ultramarino da coroa portuguesa.

Consoante Lucchesi (2003), é interessante pensar em como o mecanismo da linguagem se desenvolveu de modo diferente em cada parte do mundo, potencializado pelo contato, algo muito comum na existência e manutenção das línguas. Dentro desse contexto, se insere o colonialismo europeu, que promoveu um massivo contato em condições demográficas significativas a ponto de fazer surgir uma nova língua, ou uma nova variedade linguística.

No entanto, no que concerne aos estudiosos, a área do contato é dividida tradicionalmente entre os universalistas e os substratistas. Em 1880, Francisco Adolfo Coelho, filólogo português nascido em Coimbra em 1847, entendia que as variedades linguísticas surgidas em situação de contato e as línguas crioulas foram consequências de leis universais ou psicológicas, isto é, princípios universais que estavam na mente humana na aquisição de uma dada língua. Em contrapartida, os substratistas concebiam as línguas crioulas como fruto da estrutura das línguas dos povos dominados (substrato) com a incorporação de novos elementos por parte da língua do superstrato, a exemplo do léxico.

Para defender a tese dos contatos na formação de variedades da língua portuguesa no mundo e o surgimento das línguas crioulas de base portuguesa, Lucchesi vai de encontro à visão tradicional dos filólogos Naro e Scherre, os quais defendem a teoria da deriva secular no PB, ou seja, um posicionamento que considera os contatos apenas como aceleradores da mudança e não a gênese, visto que os processos por que passaram o português já estavam previstos no próprio sistema. Consequentemente, ao refutar a deriva, mostrando os contextos sócio-históricos, o autor enfatiza empiricamente a morfossintaxe do PB a fim de demonstrar a diferenciação entre as variedades brasileira e europeia.

Dessa maneira, inserem-se alguns fenômenos como os processos de construção de tópico, o emprego do objeto nulo onde deveria haver a marcação de terceira pessoa e a ampla variação na concordância nominal e verbal que, inclusive, é um dos fatores mais mencionados quando se trata da polarização sociolinguística no Brasil e a diferenciação das variedades da língua portuguesa.

De fato, há fenômenos linguísticos e sócio-históricos passíveis de estudo que diferenciam a língua portuguesa transplantada para os continentes americano, africano e asiático que, atualmente, se comportam de modos diferentes, até mesmo pelo estatuto do português em cada país e o prestígio social.

Apesar do estudo linguístico hoje abranger mais as questões sociais e históricas conjugadas com a parte estrutural graças à Sociolinguística, os estudos do contato remontam

oficialmente ao século XIX, período de destaque da gramática histórica-comparativa (Schmidt, 1872; Muller, 1861; Schuchardt, 1882). Interessava saber como as gramáticas de línguas tipologicamente diferentes entre si eram influenciadas no contexto de convívio social de povos culturalmente diversos e até que ponto a transmissão seria regular ou irregular. O método comparativo foi sobretudo orientado pelas regularidades fonéticas e a busca pelo tronco linguístico responsável por gerar as línguas humanas.

Weinreich (1953) teoriza o contato entre duas línguas na perspectiva do bilinguismo - e a interferência de uma língua sobre a outra. Para ele, “o efeito preciso do bilinguismo na variação linguística abarca muitos outros fatores, alguns dos quais podem ser chamados extralinguísticos porque estão além das diferenças estruturais linguísticas.” (Weinreich, 1953, p.3, tradução nossa). Nesse sentido, o contato nos níveis gramaticais da língua só pode ser plenamente explicado se os fatores sociais forem considerados nas análises dos fenômenos.

Apesar de o conceito de interferência linguística não fazer parte das contribuições da Linguística de Contato na atualidade, porque explica parcialmente as complexidades dessa área de estudo, Weinreich, no século XX, já pensava nos contatos linguísticos em uma perspectiva social e estrutural.

Anos após, com a publicação do texto clássico sobre a Teoria da Variação e Mudança, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) elaboraram um modelo teórico robusto de investigação das línguas em contato, considerando tanto as formas variáveis tradicionais quanto as formas inovadoras dentro do sistema linguístico que coocorrem por motivações sociais e linguísticas, igualmente complexas. Nesse sentido, eles propuseram o estudo da variação em tempo real baseado na comunidade de fala.

Dessa forma, a Sociolinguística expande os horizontes das análises, porque não só estuda os aspectos internos ou estruturais, mas os associa aos fenômenos sociais centrando seus estudos na comunidade de fala, a fim de saber quais fatores dependentes realmente são/foram preponderantes na variação e mudança na gramática da comunidade de fala. Sendo assim,

“As gramáticas em que ocorre a mudança linguística são gramáticas da comunidade de fala. Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes.” (Weinreich, Labov, Herzog, 2006 [1968], p. 88)

Considerando os fenômenos sociais e contrariando a teoria da deriva secular (Naro &

Scherre), o contato entre línguas é o promotor da diferenciação existente entre a língua portuguesa falada no hemisfério sul e o PE. Nesse ínterim, Petter (2008) acredita na existência de um continuum afro-brasileiro nas variedades do português falado no continente africano devido aos diferentes contextos de contato linguístico com o conjunto de línguas que pertencem ao grupo bantu.

A Sociolinguística de contato explica a variação e mudança linguísticas sob o viés sócio-histórico, cuja história externa e a interação entre as populações constituem a causa para os fenômenos que ocorrem em uma variedade. Segundo Savedra, Christino, Spinassé e Araujo (2021, p. 3) “Na verdade, línguas entram em contato a todo o tempo. Toda língua é produto de contato entre línguas [...]. O tipo e a intensidade do contato podem variar de acordo com a perspectiva histórica, geográfica e política.”

Logo, pode-se afirmar que não existe “pureza linguística”, pois o elemento constituinte das línguas é justamente as trocas sociais, eventos históricos, mudanças geográficas das populações que levam sua bagagem cultural e linguística para suas interações. Sendo assim, os estudos de contato linguístico (CL) remetem à década de 50, a partir dos estudos de Weinreich (1953) e Haugen (1959), que se aproximam com o tempo formal do nascimento dos estudos em Sociolinguística. Weinreich e Haugen concebem o CL na mente dos falantes; as populações interagem no meio social e promovem a variação e mudança linguísticas a depender, é claro, dos variados contextos sociais e históricos entre eles.

Em 2009, Lucchesi, Baxter e Ribeiro contrastam a transmissão linguística geracional normal e a transmissão linguística irregular com o intuito de estudar profundamente os fenômenos linguísticos existentes que decorreram de situações de contato. Assim, há uma diferença entre a transmissão “normal” e a transmissão irregular. Quando a transmissão é geracional, os dados disponíveis para a aquisição de uma dada língua são completos, pois as crianças têm pleno acesso à língua nativa dos seus pais. Em situações de contato, a exemplo das consequências do colonialismo ao redor do mundo, os falantes adultos subjugados e marginalizados foram obrigados a adquirir a língua do superstrato de oitiva e sem a presença da normatização. Posteriormente, após a nativização da L2 em L1, as crianças das futuras gerações adquiriram uma língua nativa defectiva, de modo que houve muitas lacunas e reestruturações gramaticais.

Portanto, nos países de língua portuguesa fora do contexto europeu, esses contatos se fazem sentir no momento que se investiga a variação linguística. Dadas as devidas ressalvas

entre os contextos históricos e sociolinguísticos de cada um, os postulados de Lucchesi, Baxter e Ribeiro são relevantes na distinção entre o PE, o PB e a variedade em formação: o PA, seja por meio da comparação dos estudos feitos no âmbito da concordância, seja na discussão do estatuto do português em cada país.

4.3 O CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS ANGOLANO

O contato linguístico sempre esteve presente no contexto africano, antes mesmo do colonialismo europeu, visto que as pessoas interagiam por motivações culturais, políticas e econômicas. Segundo Petter (2023, p. 193)

A existência de um grande número de línguas no continente - mais 2.000 - não constituía um impedimento para a comunicação, pois os indivíduos estavam habituados aos contatos com as línguas de seus vizinhos e de seus parceiros comerciais, como o uso do suaíli, na costa oriental e do hauçá, na região norte da Nigéria atual, no Burkina Fasso e no Níger, por exemplo. (Petter, 2023, p. 193)

Nessa perspectiva, a convivência com os europeus provocou um significativo rearranjo linguístico, social e cultural no território, principalmente com a adoção de políticas de assimilação entre outros elementos de coerção, que tiveram como consequência a não valorização das línguas locais.

Estima-se que em Angola, existem dois principais grupos linguísticos: as línguas pertencentes ao grupo khoisan e as línguas bantu. Segundo Undolo (2014, p. 60), “No caso de Angola, o panorama linguístico atual é revelador de grande imprecisão, facto que já se arrasta desde a época colonial.” Sob este cenário, existem dificuldades quanto à documentação e ao número de línguas ao certo; as línguas khoisan apresentam poucos falantes em comparação com as línguas bantu, tendo duas principais línguas: o khoi, falada pelo povo Hotentote, e o San, falada pelo povo vakankala, caracterizadas pelo uso dos “cliques” e majoritariamente seus falantes estão localizados no sudoeste de Angola.

As línguas bantu é o grupo mais conhecido e começou a ser pesquisado no século XIX, por meio da perspectiva genética da gramática histórica-comparativa. Neste grupo estão as línguas nacionais, a exemplo do Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Cokwe, Ndonga e Mbunda e

são similares e inteligíveis entre si, espalhando-se por intermédio das zonas linguísticas. De acordo com Undolo (2014), o bantu tem algumas características a fim de distinguir as línguas que pertencem a seu grupo das demais línguas africanas e europeias, como, por exemplo, os classificadores nominais ou prefixos nominais que se anexam ao tema incorporando a classe e o número a uma palavra, léxico compartilhado, e o fato de serem línguas sem a presença de artigos.

O número exato de línguas é incerto devido ao panorama linguístico complexo, o que envolve também a diferença entre língua e dialeto no âmbito político. Os teóricos que se debruçaram a investigar as línguas e as comunidades de fala pouco concordam entre si no que tange à divisão das línguas do grupo bantu. Segundo Mingas (2000), contabilizam dezesseis línguas desse grupo linguístico faladas em Angola, já Redinha (1975) afirma a existência de nove, e Huth (1994), linguista alemã, sessenta e quatro, revelando um abismo em relação aos critérios utilizados justamente por não ser possível delimitar os povos, quais as línguas e dialetos ao certo existem, o que torna uma questão ainda turva e que merece mais atenção e pesquisas futuras.

No que diz respeito ao português, em Angola, foi adotado como língua oficial após a independência, em 1975. Seu prestígio hoje é consequência de um longo investimento em políticas linguísticas que concediam benefícios administrativos e sociais a quem adquirisse os padrões comportamentais e linguísticos da Coroa. Tal fato ocasionou o surgimento de uma elite afro-portuguesa que não mais se identificava com a cultura dos povos locais, tampouco falava as línguas nacionais, uma vez que lhe era proibido.

Segundo Mingas (2000), além de evitar o uso das línguas africanas, falar bem o português significava dominar a sua estrutura de modo a evitar transferências ou marcas das outras línguas que conviviam e já estavam há mais tempo na cultura dos povos que habitavam o país. Consequentemente, a administração colonial reuniu uma série de artigos de controle sobre as línguas, proibindo-as nas escolas católicas, no catecismo, em qualquer local de manifestação escrita e na interação com as populações locais.

O Estatuto do Indigenato (1954) foi um documento criado no período colonial com o intuito de estabelecer regras para desafricanizar os nativos por meio da visão civilizatória dos europeus e conceder a cidadania. Essa política foi reformulada com o passar dos anos conforme às novas perspectivas e desejos dos portugueses. De acordo com Nascimento (2016), o Estatuto em 1926, sob o jugo ditatorial do regime de António de Oliveira Salazar, serviu para estabelecer

uma série de novas regras como pré-requisitos para obtenção da categoria de assimilado, visto que, segundo os portugueses, o processo assimilatório entre 1911 e 1926 foi extremamente rápido, ineficiente, porque existia muita quantidade de negros ameaçando, assim, a continuidade da dominação dos portugueses.

Dessa forma, os novos critérios foram ainda mais segregacionistas:

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) Falar corretamente a língua portuguesa;
- c) Exercer profissão, ou arte de ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família e de seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
- e) Não ter sido notado como refratário do serviço militar nem dado como desertor (Angola, 1954, p. 221).

O Estatuto esclarece as condições para se tornar um assimilado, um “cidadão” de pele escura que precisa inteiramente abandonar sua cultura e suas línguas com o objetivo de se enquadrar na expectativa e conceito de civilização. Dessa maneira, não bastava saber noções da língua portuguesa, e sim dominá-la, além de adquirir o modo de vida da metrópole.

Essa lei é importante porque mostra a gênese do conceito de bem falar português em Angola, isto é, adquirir a norma-padrão de Portugal. Nos estudos atuais em Sociolinguística no território, muitos cidadãos mantêm a insegurança e o medo de não dominarem a língua que hoje é oficial, apesar de estar no mesmo espaço geográfico das Línguas Bantu (L1 ou língua materna de muitas famílias), mas não no mesmo espaço ideológico, já que a escolarização e os espaços administrativos e televisivos imperam o português.

Inverno (2008) destaca a situação sociolinguística em Angola neste século, mostrando que apesar da mídia e governantes difundirem um aparente monolinguismo, o país na verdade vive um mosaico repleto de nuances. Nessa perspectiva, além de a variedade da LP que está se generalizando não ser uma continuidade do PE e apresentar singularidades no plano linguístico e social, somente 26% da população fala português como L1, segundo dados de 2004, concentrada principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos.

Em entrevistas, alguns participantes responderam a questionamentos quanto ao uso das línguas nacionais, se são importantes e devem ser ensinadas nas escolas e se o português é difícil. O falante 01, por exemplo, fez as seguintes afirmações:

DOC: Com quem tu falas o Umbundu? Quando é que tu falas o Umbundu?

INF: Prontos. Eu falo o Umbundu com quem, quer dizer com os meus amigos do próprios, conforme que a gente estamo unidos. Esse todos como a nossa língua são o mesmo, **falamos todos memo o nosso dialecto.**

DOC: Acha o português difícil?

INF: O português é difícil sim, o português é difícil porque quer dizer, cada qual tem memo a sua nascença e com os seus dialectos então quer dizer ainda que a gente fala o português. Se falar é porque prontos. **Enfins a nossa língua que nos nasceram com eles é que a gente mais aprendemos.**

Fica evidente o distanciamento entre ideal e real; o ideal no plano de dominar a norma-padrão e não o conseguir fazer, porque a variedade em formação, o PA, é lexical, fonologicamente e sintaticamente diferente da norma-padrão falada no PE, dando a sensação de que o português é complicado e quase impossível de se dominar. Segundo Inverno (2009), em Angola, há um contraste entre norma-padrão e norma culta, enquanto em Portugal ambas são bem próximas, o que explica a complexidade do português falado no país africano. Além do mais, o falante mostra que a língua usada entre pessoas mais próximas é uma das línguas nacionais - o Umbundu-, e por isso se sente mais confortável, o que possibilita uma melhor relação de aprendizagem.

Mingas (1998) contrasta a condição da língua portuguesa ora como língua segunda dos falantes das línguas nacionais, como o Umbundu, o Kimbundu e o Kikongo, ora como língua materna dos jovens, uma vez que após o período de Independência não houve políticas educacionais que priorizasse o ensino das demais línguas, indicando possíveis novos delineamentos no futuro.

Também se soma à discussão o êxodo rural no período das guerras nacionais. Muitos angolanos do interior do país se viram forçados a migrar para Luanda e demais províncias populares e desenvolvidas economicamente em busca de melhores condições de vida. Dessa maneira, o contexto corroborou para que houvesse o aumento populacional próximo ao litoral,

nas periferias das grandes cidades, e o português se tornasse segunda língua, sendo a primeira uma língua africana falada no seio familiar e limitada aos contextos menos formais, pois no currículo escolar ainda somente se ensina para fins de aprendizado a língua trazida por Portugal, priorizada desde os tempos coloniais.

Portanto, o breve panorama aqui apresentado mostra o multilinguismo presente no contexto social e político angolano, e a prioridade do português fruto das políticas linguísticas coercitivas criadas para o controle da população. Atualmente, esse cenário reflete o sentimento de incerteza do domínio da norma-padrão e o distanciamento entre essa e a norma culta de uma variedade que está em formação: o português angolano, objeto de estudo desta dissertação.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresentam-se os aspectos metodológicos adotados para esta pesquisa. Na subseção 5.1, há a descrição do *corpus* utilizado. Na seguinte, na 5.2, apresentam-se brevemente as variáveis selecionadas. Na subseção 5.3, os procedimentos quantitativos e, posteriormente, na 5.4, a apresentação dos dados.

5.1 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

A amostra utilizada neste estudo foi constituída por entrevistas de fala vernácula da cidade de Luanda, capital e maior centro urbano de Angola, e pertence ao banco de dados do projeto *Em busca das raízes do português brasileiro*. O projeto está sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tendo sido oficializado em 2009, por meio da portaria 036/2009 expedida por seu Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Portaria CONSEPE/UEFS 13.04.2009). É também certificado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEFS), com o número de parecer favorável 140.511 e de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE: 04641412.7.0000.0053. O projeto foi criado pela professora aposentada da UEFS, Dra. Eliana Pitombo Teixeira, que o coordenou até 2016. A partir de 2017, passou a ser coordenado pela Professora Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (Araújo, 2025).

A execução do projeto aconteceu em três fases. A terceira e atual denomina-se “Em busca das raízes do português brasileiro: Fase III -estudos morfossintáticos”. O principal objetivo é a realização de pesquisas empíricas com foco na morfossintaxe sobre o português falado em Luanda. Sua fundamentação está na constatação de que existem contextos sócio-históricos e culturais específicos envolvidos na criação de novas variedades da língua portuguesa faladas em Angola e no Brasil, sendo totalmente necessárias pesquisas robustas que focalizem a relação intrínseca entre língua e sociedade.

A Professora Eliana Pitombo realizou as entrevistas em Luanda, com o auxílio de estudantes angolanos do curso de Letras da Universidade Agostinho Neto (localizada em Luanda). As gravações aconteceram nos anos de 2008 e 2013 na área urbana de Luanda,

com participantes naturais tanto da capital quanto das diferentes províncias de Angola, falantes de português como L1 ou L2.

As entrevistas são do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador). Nesse contexto, o intuito é documentar o vernáculo da comunidade de fala por intermédio das entrevistas voltadas para abordagem de narrativas pessoais, a exemplo das memórias de infância, situações de perigo, o namoro atualmente em contraste com tempos passados, como é a real situação de pegar táxi em Luanda, entre outras. Consoante Tarallo (1997), este método é necessário para apreender o vernáculo, visto que, a partir das narrativas pessoais, o participante da pesquisa se envolve emocionalmente com o fato narrado, não se atentando a como se fala, mas sim ao que se fala. Essa falta de atenção por parte do falante é o que permite ao pesquisador captar a naturalidade da situação comunicativa. Assim que as gravações chegaram ao Brasil, iniciou-se o processo de transcrições linguísticas em conjunto com estudantes de graduação e pós-graduação da UEFS.

A constituição do corpus baseia-se em dois tipos de amostra de fala: O português como L1 e o português como L2. No total 59 entrevistas (32 corpus L1 e 27 corpus L2) foram estratificadas socialmente com base em critérios pré-estabelecidos como é possível perceber a seguir:

Quadro 1 - Estratificação das entrevistas da amostra de fala do português falado em Luanda com base nos fatores sociais

Sexo	Masculino Feminino
Grau de escolaridade	Baixa ou nula Ensino Médio Ensino superior completo ou incompleto
Faixa etária	Faixa I: 18 a 35 anos Faixa II: 36 a 50 anos Faixa III: acima de 51 anos
Estatuto do português	L1: Língua Portuguesa L2: Línguas Africanas
Local de nascimento	Luanda Outras províncias de Angola

Fonte: elaboração própria

As amostras de fala de português como língua materna buscaram selecionar dois falantes por célula, mas salientando as dificuldades da pesquisa de uma variedade da língua portuguesa em formação, três foram preenchidas com apenas um falante. Embora isso tenha sido previsto inicialmente, o desequilíbrio entre as amostras interfere a interpretação dos resultados.

Além disso, não foi possível recuperar as informações da língua materna e do local de nascimento de alguns participantes; três no total. Entretanto, os impasses encontrados de forma alguma impedem o andamento da pesquisa, mas sim abrem discussão para as dificuldades de constituir corpus estratificado socialmente.

5.2 FATORES LINGUÍSTICOS E EXTRALINGUÍSTICOS SELECIONADOS

Os fatores linguísticos escolhidos na investigação do fenômeno foram advindos das hipóteses da linguista Marta Scherre (1991), pioneira nos estudos da concordância nominal nos predicativos do sujeito. Sendo assim, selecionamos os grupos de fatores linguísticos com base na autora e sociais a partir da sócio-história de Luanda e suas respectivas hipóteses. É importante ressaltar que os grupos de fatores linguísticos se baseiam em princípios já estudados no âmbito da concordância: paralelismo formal e saliência fônica, que podem ser previamente definidos respectivamente como formas marcadas levam às marcas e itens que têm mais material fônico e distinção de acento na transformação do singular para o plural são mais passíveis de receberem as marcas morfofonológicas de plural:

- Características formais do sujeito

Essa variável analisa os tipos de sujeito e destaca que as estruturas de predicativo do sujeito antecedidas por sujeito explícito marcado morfologicamente são mais propícias a receberem as marcas de concordância. Nessa perspectiva, dividimos esse grupo de fatores da seguinte forma:

A) Sujeito explícito com marcas de plural:

As meninas agora são tão preguiçosas (falante 18/corpus L1)

Os professores eram caridosos (falante 20/ corpus L1)

Os meus pais não são angolanos (falante 24/corpus L1)

B) Sujeito sem marcas de plural:

A festa são as maratona (falante 01/corpus L2)

Então **as vizinha** eram mestiça (falante 10/corpus L2)

C) Sujeito nulo

Éramos vizinhos (falante 12/corpus L1)

Somos todos adultos (falante 28/corpus L1)

Somos pretos (falante 22/corpus L2)

D) Sujeito composto

Quer **a língua portuguesa**, quer **a língua materna** quimbundo são vias boas (falante 16/corpus L1)

Bola, jogo, areia mesmo são brincadeiras (falante 20/corpus L1)

- Características formais do verbo

Essa variável analisa os verbos no plural e verbos no singular e destaca que as estruturas de predicativo do sujeito antecederem por verbos marcados morfologicamente são mais propícias a receberem as marcas de concordância. Nessa perspectiva, dividimos esse grupo de fatores da seguinte forma:

A) Verbos com marcas de plural

Ainda agora nós **ficamos** sozinhos (falante 17/corpus L1)

Meus pais **são** santomenses (falante 24/corpus L1)

eles **eram** praticamente primos (falante 28/corpus L1)

B) Verbos sem marcas de plural

As coisas **fica** um pouco difícil (falante 01/corpus L1)

Tenho crianças **é** muito mimadas (falante 31/corpus L1)

Meus pais **era** difícil (falante 18/corpus L2)

- Estrutura do predicativo

Essa variável é fruto do princípio da saliência fônica e acreditamos que a diferenciação entre singular e plural nos predicativos formados por substantivos são mais salientes do que aqueles formados por adjetivos, pois esses são mais comuns que aqueles.

A) Predicativos formados por adjetivos

Estradas estão mesmo **péssima** (falante 01/corpus L1)

Somos **capazes** (falante 30/corpus L1)

B) Predicativos formados por substantivos

Bola, jogo, areia mesmo são **brincadeiras** (falante 20/corpus L1)

Os primeiros antropólogos no mundo até eram **juristas** (falante 22/corpus L1)

- Processos morfofonológicos de formação de plural

Essa variável resulta do princípio da saliência fônica e acreditamos que o plural irregular é mais saliente do que o plural regular, porque há mais material fônico na distinção entre singular e plural de alguns itens e mudança na qualidade da vogal. Sendo assim, a forma “difíceis” é mais saliente do que “estudantes”, por exemplo, bem como “novos” é mais saliente que “frutas”.

A) Plural regular

As duas línguas são **necessárias** (falante 04/corpus L1)

Nós éramos **colegas** (falante 12/corpus L1)

Jovens atualmente estão **extravagantes** (falante 22/corpus L2)

B) Plural irregular

Os professores eram **caridosos** (falante 20/corpus L1)

Vamos procurar que somos **capazes** (falante 30/corpus L1)

Os pais são muito **controladores** (falante 31/corpus L2)

- Tonicidade dos itens regulares

Essa variável resulta do princípio da saliência fônica e acreditamos que as palavras oxítonas são mais salientes do que as paroxítonas, porque o acento tônico está na última sílaba, onde ocorre na passagem do singular para o plural, as marcas morfológicas flexionais de número. Por isso, seria mais perceptível a distinção dos itens oxítonos do que dos paroxítonos e proparoxítonos.

A) Oxítono

Nós éramos mais **feliz** (falante 06/corpus L1)

B) Paroxítono

Somos **pretos** (falante 22/corpus L1)

esses casos são **raros** (falante 32/corpus L1)

C) Proparoxítono

As coisas me fica mais muito **próximo** (falante 01/corpus L1)

[os primeiros antropólogos] eram **médicos** (falante 22/corpus L1)

- Material interveniente entre o verbo e o predicativo

O material entre verbo e predicativo pode favorecer a concordância de número. A autora, em sua investigação, não conclui se este fator realmente favorece as marcas de número (Scherre, 1991), mas nesta dissertação este fator foi investigado, uma vez que foi encontrado material interveniente, principalmente intensificadores.

A) Ausência

Principalmente as mulheres é **raparigas** (falante 15/corpus L1)

Os professores eram **caridosos** (falante 20/corpus L1)

B) Presença de intensificadores

As meninas agora são **tão preguiçosas** (falante 18/corpus L1)

Nós éramos **mais feliz** (falante 7/corpus L2)

C) Demais materiais

Eles eram **praticamente primos** (falante 28/corpus L1)

As exigência dos professores são **também diferentes** (falante 20/corpus L2)

No total são seis hipóteses que seguem dois princípios: marcas levam a marcas, ou seja, se um sintagma foi marcado morfologicamente, tudo indica que o próximo também será, e o

princípio da saliência fônica.

Na primeira rodada do programa GoldVarb, não foi possível levantar os pesos relativos por causa dos nocautes⁸, bem como na segunda rodada devido ao pequeno número de dados, algo comum dentro do fenômeno estudado, já que os predicativos do sujeito não costumam ter produtividade similar à concordância dentro do sintagma nominal sujeito. Antonino (2007) perscrutou 307 ocorrências de PS e participios passivos, indicando que o objeto de estudo não está tão presente nas entrevistas, se comparado aos estudos da concordância no sintagma nominal. Brandão e Soares (2022) fizeram uma análise qualitativa do fenômeno no português falado em São Tomé, onde encontraram 87 dados entre estruturas predicativas e passivas.

Tratando-se dos predicativos no português falado em Luanda, na primeira rodada se analisou apenas o *corpus* L1, ou seja, dos participantes da pesquisa que afirmaram ter o português como língua materna, o que gerou 131 dados. Na segunda rodada, incluiu-se o *corpus* L2 (falantes que têm uma língua africana na condição de língua materna) e o número se expandiu, mas não de forma abrangente, havendo 195 dados. Acredita-se que, pelo fato dos predicativos do sujeito aparecerem de modo mais frequente quando os falantes emitem opinião, juízo de valor e descrições da sua realidade, não costuma ser um fenômeno muito produtivo dentro das entrevistas, se comparado a outros fenômenos como a concordância nominal no sujeito e no verbo.

No que atine aos fatores sociais ou extralinguísticos, as hipóteses seguem abaixo:

- Escolaridade:

De acordo com os estudos anteriores no âmbito da concordância nominal, quanto mais escolaridade o falante tem, mais ele marca morfologicamente as palavras. Isso inclui também os predicativos do sujeito (Soares, 2022)

- Faixa etária

Relacionado ao fator escolaridade, acredita-se que os jovens atualmente têm mais acesso à educação formal do que a população idosa. Em Angola, a escolarização massiva e o uso do português no ensino aconteceram no período pós-independência. Portanto, os

⁸ O *nocaute* acontece nos casos em que não há variação, ou seja, a aplicação da regra é categórica (atinge 100% dos dados) ou não se aplica a nenhum dado (0%).

jovens podem fazer mais concordância do que a faixa III.

- Estatuto do português

As pesquisas de Soares (2022) evidenciaram que falantes que têm o português como L1 empregam as marcas morfológicas de concordância, enquanto os falantes L2, por influência de suas línguas nativas, não tendem a realizar essas marcas.

- Sexo

Falantes do sexo feminino apresentariam maior tendência em expressar as marcas de concordância nos predicativos do sujeito sobretudo nos centros urbanos, como no caso de Luanda.

- Localidade

Por se tratar da investigação do fenômeno no maior centro urbano do país - Luanda - e do prestígio da língua portuguesa, principalmente em situações mais formais do dia a dia, a aplicação de plural seria mais frequente para os falantes que nasceram nessa cidade do que para aqueles que nasceram em outras províncias (Inverno, 2004).

5.3 PROCEDIMENTOS QUANTITATIVOS

Embasado nos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Sociolinguística, também chamada Teoria da Variação e Mudança ou Sociolinguística Quantitativa e na Sociolinguística de contato, esta pesquisa considerará de suma relevância a junção da variável dependente binária (aplicação ou não da regra de concordância nominal de número) e os fatores linguísticos e os fatores sociais na análise da comunidade de fala localizada em Luanda (capital de Angola).

Segundo Tarallo (2006, p. 6), as pesquisas que mesclam aspectos sociais aos fatos linguísticos são essenciais para compreender a relação intrínseca entre língua e sociedade: “Municie-se dessa relação e tire dela todo o proveito teórico e metodológico possível.” Assim, a comunidade de fala, atravessada por contextos sócio-históricos ao longo de sua formação, deve ser o princípio e o fim das análises de um fenômeno linguístico. Nessa perspectiva, os

procedimentos metodológicos a serem seguidos nas investigações do objeto são: 1) levantamento das ocorrências de PS; 2) planejar a codificação dos dados a partir dos fatores linguísticos e extralinguísticos selecionados; 3) quantificar os dados: utilizar o programa estatístico GoldVarb para mediar as influências dos fatores linguísticos e sociais que atribuirá um valor numérico (percentual e peso relativo) a cada fator selecionado; 4) análise dos dados, isto é, apurar quais fatores foram selecionados pelo programa como quantitativamente relevantes, indicando o caminho para a análise qualitativa.

As etapas de submissão dos dados ao GoldVarb ofereceram percentuais numéricos de cada fator extralinguístico selecionado, mas no que atine a alguns percentuais do fator linguístico, dois resultados apresentaram nocautes (tonicidade dos itens regulares e irregulares e ordem dos elementos na estrutura), não sendo relevantes analisá-los qualitativamente.

6 ANÁLISE DE DADOS SOBRE A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO NOS PREDICATIVOS DO SUJEITO NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Iniciaremos a seção analisando a variável em análise de acordo com os fatores sociais e posteriormente de acordo com os fatores linguísticos. Optamos por não trabalhar com os pesos relativos devido à distribuição desequilibrada dos fatores e ao número insuficiente de ocorrências por fator, o que não resultaria em pesos relevantes para a análise, sendo os percentuais encontrados indicadores suficientes para a análise qualitativa. Dessa maneira, os resultados foram contextualizados com base na priorização da sócio-história e comparados com alguns trabalhos já realizados acerca do tema.

Vale destacar que algumas variáveis apresentaram *knockout*: a tonicidade dos itens regulares e a ordem dos elementos na estrutura, não sendo possível fazer uma análise em relação a elas. Sendo assim, este capítulo está dividido em subseções. Na primeira, a 6.1, apresentamos a distribuição geral dos dados encontrados no corpus no que tange à variável independente: concordância de número nos predicativos do sujeito vs ausência concordância de número nos predicativos do sujeito. A seguir, na subseção 6.2, focalizamos a variável escolaridade, considerada uma das mais relevantes nesta pesquisa. Na 6.3 está a faixa etária. Na 6.4, a variável estatuto do português, se é L1 ou L2 e como isso influencia na aplicação das marcas de número. Na 6.5, apresentamos o local de nascimento dos participantes da pesquisa; esta variável se relaciona com a pressão da norma-padrão requerida pelos centros urbanos, o que não ocorre na mesma frequência nas províncias rurais.

Ademais, as outras subseções se centram nos fatores linguísticos. A 6.6 traz a estrutura do predicativo. Na 6.7, as características formais do verbo e as características formais do sujeito da oração. Na 6.8, estão os processos morfofonológicos de formação de plural e por último, 6.9, a variável material interveniente entre verbo e predicativo.

Como já foi mencionado anteriormente, não há uma subseção dedicada às variáveis estatisticamente mais relevantes, tampouco às variáveis não relevantes, porque o número de dados não foi o suficiente para obter os pesos relativos e, por decisão metodológica, optamos por analisar apenas os percentuais qualitativamente, o que não diminui a relevância nem a qualidade da pesquisa, já que a sociolinguística frequentemente faz o melhor uso dos dados inesperados.

6.1 DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS RESULTADOS

Na amostra de fala analisada, composta por falantes que autodenominaram falar a língua portuguesa como L1 ou como L2, foram encontradas 195 ocorrências de predicativos do sujeito. Delas, 154 apresentaram plenamente marcas de concordância, enquanto 41 ocorrências não apresentaram formas no plural em todos os constituintes. Segue a tabela abaixo com a distribuição dos dados obtidos:

Tabela 1: Distribuição geral dos resultados em relação à concordância de número nos predicativos do sujeito no português falado em Luanda

VARIANTES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Concordância	154/195	79.0%
Não concordância	41/195	21.0%

Fonte: elaboração própria

Esses resultados gerais refutam a hipótese inicial de que haveria menos concordância no português falado em Luanda por causa do multilinguismo generalizado. Na verdade, os dados indicam uma alta frequência de realização de concordância de número nos predicativos do sujeito, pois ela é um fenômeno marcado socialmente, e o português estudado nesta dissertação é uma variedade em construção falada na zona urbana. Mesmo com a percepção de que isso é fruto ainda de uma colonização linguística e a busca por um português mais parecido com a norma europeia, os resultados não se findam nos percentuais e foram analisados à luz de contextos sociais e linguísticos, sem pretensão de generalização.

Segundo o estudo de Labov (2003), a regra é variável quando fica entre 5% a 95%. Seguindo essa categorização, a concordância dos predicativos se configura um fenômeno variável, o que confirma a hipótese inicial de que o português falado em Luanda tem variação linguística nas marcas morfológicas de número, principalmente devido aos contatos linguísticos. Sob esse prisma, segue contextos comuns aos países que têm a língua portuguesa como língua transplantada, no sentido de que nem sempre foi a língua mais falada, mas se tornou a língua com mais status socioeconômico devido ao longo processo de nativização, transformando a língua do colonizador (L2) em L1 à medida que as novas gerações adquiriram-na por intermédio do *input* no meio doméstico e familiar.

Entre as hipóteses refutadas após a apreensão dos dados, está a variável sexo do falante. Não houve diferença significativa entre o uso da concordância nos predicativos entre os homens e as mulheres. Esse resultado merece destaque, pois os resultados não se aproximaram da norma culta urbana brasileira (Scherre, 1991; Dias, 1996; Furtado, 2017; entre outros) nem da norma popular falada em comunidades afastadas dos centros urbanos (Lucchesi, 2009; Salgado, 2010; entre outros), o que aponta para estudos mais aprofundados em Luanda sobre o comportamento linguístico entre homens e mulheres.

Outrossim, no que tange à escolaridade, o pensamento era de que haveria um nível de concordância em escalas: menos anos de escolarização, menos concordância, e isso cresceria conforme o aumento da escolaridade, mas as pessoas que tinham apenas o ensino médio fizeram mais concordância nos predicativos do que os estudantes do ensino superior (como veremos na próxima subseção). Nesse sentido, destaca-se maior rigidez no ensino nos anos finais de escolarização básica: mais cuidado em seguir as regras gramaticais da gramática escolar e demonstrar seu domínio, ou seja, espera-se do estudante do ensino médio a prova concreta de que a variedade aprendida na escola foi o português europeu.

Destarte, o resultado geral desta pesquisa não segue o mesmo caminho das pesquisas já feitas no PB na norma urbana, porque Luanda ainda sofre com o imperialismo linguístico mais do que o Brasil, que alcançou a independência no século XIX. Portanto, Angola, país de colonização bastante recente, está em outro contexto em que os fatores extralinguísticos, principalmente, impactam na norma falada, dado o percentual ser mais alto (79.0%) do que na variedade urbana culta do PB (50%).

6.2 ESCOLARIDADE

A escolaridade foi um fator relevante para o fenômeno, pois permitiu compreender as relações entre o ensino da gramática normativa e os usos linguísticos dos falantes conforme os níveis de escolarização. Para melhor visualização, segue a tabela abaixo:

Tabela 2: Distribuição dos resultados em relação à variável escolaridade

ESCOLARIDADE	PERCENTUAL
Ensino Médio	87.7%
Ensino Superior	86.7%
Baixa ou nula	51.2%

Fonte: Elaboração própria.

É inegável o uso da língua portuguesa e sua consequente priorização no ensino, na ciência, na literatura e no imaginário social, ocupando prestígio nas políticas públicas formuladas até então. Em outro polo, no sentido de serem consideradas “línguas de apoio”, não oficializadas nem integrantes do ensino, estão as línguas nacionais e as demais variedades da língua portuguesa em Angola.

Consequentemente, a situação sociolinguística do país reverbera na sala de aula e nas pesquisas que utilizam dados de fala orais, pois, por meio dos diálogos com os nativos, torna-se possível desenvolver discussões no plano linguístico e social, sobretudo dos fenômenos que distinguem as variedades do português no país do português europeu.

A constituição linguística angolana, bem como de toda a África, está ancorada no multilinguismo generalizado, mas essa característica se tornou um grande problema para a visão eurocêntrica, que se baseou na subjugação e apagamento de povos e culturas e na imposição da língua dominante. Segundo Azevedo, Binga e Araújo (2025), as políticas de assimilação colocadas em prática durante o colonialismo fizeram com que a escolarização atual seguisse uma lógica colonial, não sendo coerente com a independência territorial do jugo português. Esse quadro pode contribuir para interpretar os resultados nesta análise de dados.

A escolarização como um fator extremamente importante para o fenômeno aponta para a pressão da gramática normativa em Angola. Gramática essa que coloca o português europeu em destaque no currículo escolar e abandona o português vernáculo (português falado no território), fruto do contato secular, principalmente com as línguas bantas.

Os dados desta pesquisa convergem com as investigações já realizadas sobre a concordância de número, no sentido de que as marcas de concordância acontecem com maior

incidência para os falantes com maior nível de instrução formal (Scherre, 1991; Brandão, 2018;). No *corpus* investigado, há uma diferença considerável entre os falantes de baixa ou nenhuma escolaridade e os falantes de nível médio e de nível superior. Sendo assim, os participantes com baixa ou nenhuma escolaridade fizeram 51.2% de concordância, os de nível médio 87.7% e os de nível superior 86.7%, o que pode estar relacionado ao trabalho feito em sala de aula, o qual influencia diretamente nas escolhas linguísticas dos falantes em outros contextos comunicativos, porque o acesso aos recursos didáticos provenientes do português europeu e as práticas de ensino orientadas pela norma-padrão por muitos anos moldam o comportamento linguístico, principalmente na zona urbana, onde a pressão por alcançar o prestígio social é bem maior. Então, mais tempo de escolarização e conhecimento da norma linguística privilegiada leva a maior aplicação das marcas de número.

A menor incidência da aplicação de plural dos falantes com baixa escolaridade pode estar associada ao menor contato com a norma-padrão que tem seu lugar de destaque dentro do ambiente escolar. Em interações menos monitoradas, haja vista que no âmbito doméstico, a variedade popular do português falado em Angola se sobressai, caracterizada como mais marcada socialmente, sobretudo na consideração do fenômeno da concordância. Veja alguns exemplos retirados do *corpus*:

Exemplo 1: Fomos sempre **amigos** (falante 08/ baixa ou nenhuma escolaridade)

Exemplo 2 : Vocês jovens de agora são **ingrato** (falante 09/ baixa ou nenhuma escolaridade)

Exemplo 3: Até hoje felizmente estamos **juntos** (falante 11/ Ensino Médio)

Silva e Araújo (2026) argumentam que a desvalorização de outras variedades do português formadas singularmente em Angola, a insistência em ignorar a variação linguística e a permanência do ensino da norma-padrão, que acontece desde o período colonial, provocam o aprofundamento das desigualdades sociais e a evasão escolar, incluindo também o racismo linguístico. Nesse contexto, os falantes, com destaque para aqueles com pouca escolaridade, não se sentem pertencentes ao espaço pedagógico, pois ensinar unicamente uma norma importada da Europa fere a identidade linguística local centrada massivamente no contato linguístico. Daí vem o mito que aprender português é difícil, como foi possível visualizar nas entrevistas utilizadas aqui, o que além de causar uma lacuna educacional no país e o afastamento da escola, marca a autoestima dos sujeitos ao produzir uma extrema insegurança linguística.

A pressão da norma-padrão no país ganha legitimidade na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. De acordo com a Constituição em seu artigo 19:

"A língua oficial da República de Angola é o português. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional" (ANGOLA, 2010, p. 9).

Apesar de destacar a oficialização da língua portuguesa, o documento não faz menção às variedades linguísticas nem se há uma variedade específica construída no próprio país, por exemplo o português culto em Angola, o que coloca a norma-padrão no patamar dos meios de comunicação, nas prioridades do governo e da escolarização. Mesmo reconhecendo o uso das línguas nacionais e das línguas internacionais, não existe um artigo específico explicando de que forma o Estado promove o estudo das línguas africanas tampouco qual (is) delas será/serão ministrada (s) nas aulas. Soma-se a isso o fato de alguns falantes naturais da zona rural não falarem a língua portuguesa na condição de L1, o que implica na necessidade de o ensino de outras línguas serem por meio da língua materna, não como forma de homogeneizar os falantes na língua do colonizador, mas sim de lhes conceder autonomia no plano linguístico e social, respeitando a multiplicidade de saberes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Angolana, no artigo 16, determina que:

O Ensino deve ser ministrado em português; o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para os indivíduos com deficiência auditiva. Sem prejuízo do previsto no n.º 1 do presente artigo, e como **complemento** e instrumento de aprendizagem, **podem ser utilizadas** línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio. (Angola, 2016, p. 4424, grifo nosso)

A Lei de Diretrizes e Bases que rege a educação no país falha ao colocar as línguas nacionais como coadjuvantes no ensino, na condição de “complemento”, sendo que elas fazem parte da formação de Angola e constituem acervo cultural e linguístico do país. Dessa forma, o alunado percebe uma incoerência entre a realidade e a escola, o que impacta tanto o respeito e a valorização das línguas autóctones quanto a variedade do português falada em outros espaços que carregam as marcas do contato, por exemplo: a concordância, o sistema pronominal e o léxico, entre outros fenômenos.

Os resultados dessa variável mostram que os falantes com baixa ou nula escolaridade não realizam a concordância de número de acordo com a expectativa da gramática normativa, pois a variedade que guia os usos linguísticos é o português popular; uma vez que não há tanta pressão da norma padrão, esses falantes tendem a usar a língua de modo mais espontâneo. Em contrapartida, os falantes do Ensino Superior e do Ensino Médio por já terem um longo percurso em contato com o PE, veem-se na obrigação de dominar essa variedade que não faz parte do vernáculo em Luanda.

Portanto, amparada pelo Estado, a escola apenas reproduz a pressão linguística para ensinar de maneira engessada a gramática escolar. Isso inclui decorar regras e mostrar à sociedade que os estudantes “sabem falar português”, o que reflete na alta taxa de concordância dos falantes de Ensino Médio e de Ensino Superior, pois eles estão cotidianamente na escola ou nas universidades, o que gera uma extrema expectativa social do domínio satisfatório da norma-padrão.

6.3 FAIXA ETÁRIA

A faixa etária foi outro fator qualitativamente relevante para a análise do fenômeno, como é possível observar na tabela abaixo:

Tabela 3: Distribuição dos resultados no tocante à variável faixa etária

FAIXA ETÁRIA	PERCENTUAL
Faixa 3 (acima de 51 anos)	85.3%
Faixa 2 (36 a 50 anos)	81.2%

Faixa 1 (18 a 35 anos)	72.2%
-------------------------------	-------

Fonte: elaboração própria

Os resultados obtidos refutam a hipótese formulada de que os jovens por terem maior acesso à educação formal, fariam mais concordância do que a população da faixa III. Na verdade, os dados mostraram, com 85.2%, que a população acima de 50 anos é mais conservadora, seguida da faixa II, que marcou o plural em 81.2% dos dados. Já os jovens (faixa I) são mais inovadores na aplicação da regra, colocando as marcas de número em 72.2%, o que pode revelar uma tendência de mudança em curso no sentido da inovação. Seguem os exemplos abaixo:

Exemplo 1: Vocês jovens de agora são **ingrato** (faixa I)

Exemplo 2: As meninas agora são tão **preguiçosas** (faixa II)

Exemplo 3: Os meus filhos? Graças a Deus são **obedientes** (faixa III)

Acredita-se que a população mais velha vivenciou os anos de intenso domínio português no território que hoje é um estado-nação. Segundo Mingas (2000), a língua portuguesa era privilegiada em determinados contextos, havendo restrições no uso de outras línguas. Isso foi legitimado na política de assimilação cujos usos das línguas autóctones eram considerados deturpação da ordem, então, para garantir status e condições agradáveis de vida, os angolanos precisavam dominar o português sem nenhuma interferência de outras línguas. Por isso, os resultados salientam que o contexto histórico do passado colonial impacta atualmente o uso linguístico da população que presenciou parte do colonialismo e se fez presente na independência do país. Dessa forma, esse contexto foi responsável pelos mais velhos usarem a língua mais perto do padrão europeu.

6.4 ESTATUTO DO PORTUGUÊS

Outra variável social foi o estatuto do português, se língua materna ou L2. Aqui, se investigou o contexto multilíngue em Luanda, pois a maioria dos participantes da pesquisa não são monolíngues em português.

Tabela 4: Distribuição dos resultados no tocante à variável língua materna

LÍNGUA MATERNA	PERCENTUAL
Língua portuguesa	90.7%
Línguas africanas	73.1%

Fonte: elaboração própria

Essa variável separou os falantes segundo a autoafirmação deles no que diz respeito às suas línguas maternas, português ou línguas africanas. Na primeira rodada do goldvarb, consideramos apenas os falantes de língua portuguesa na condição de L1, o que gerou 87% de aplicação de número, 114 ocorrências de plural em meio a 131 dados.

Na segunda rodada, esse percentual foi reduzido em 8%, havendo 79% (154/195) de concordância, porque foram incluídos os falantes que têm as línguas bantas na condição de L1, o que cooperou para baixar a aplicação de plural. Nessa perspectiva, confirma-se a hipótese inicial de que os falantes que têm a língua materna como uma das línguas autóctones faladas em Angola, a exemplo do kimbundu, kikongo e umbundu, tendem a não realizar plenamente as marcas morfológicas, motivado, sobretudo, pela morfossintaxe das línguas africanas que não têm um morfema à direita do nome para transformar singular em plural, mas sim um prefixo.

Mingas (2000, p. 66) salienta o seguinte: “O kimbundu, como aliás todas as línguas bantu, é uma língua em que os nominais estão organizados em classes, representadas por grupos prioritários de prefixos, o que não acontece em português.” Sendo assim, essa característica intrínseca à língua kimbundu influencia diretamente a L2: o português, porque existe desvio da norma-padrão por conta da interferência da L1, ficando mais evidente em algumas sentenças, por exemplo: “olha seus filho” em vez de “olha seus filhos.”

No *corpus*, verificamos exemplos de morfema zero nos predicativos do sujeito:

Nós éramos mais **feliz** (falante 7)

meus pais era **difícil** (falante 18)

Os meios são **insuficiente** (falante 23)

Nós saímos **disperso** (falante 25)

Percebe-se nessas sentenças que o sintagma nominal sujeito e o verbo foram marcados morfologicamente, mas nos predicativos não aconteceu o mesmo. Entende-se, então, que pela estrutura das línguas bantas e pelo contato delas com a língua portuguesa, ocasionou a perda morfológica do item mais à direita, o que revela proximidade com o PB no que se refere ao contato entre línguas, pois essas orações são comuns na norma brasileira, enquanto não é rotina na norma europeia.

6.5 LOCAL DE NASCIMENTO

O local de nascimento foi outro fator analisado. Muitos participantes, apesar de morarem em Luanda por conta da procura por melhores condições de vida, são naturais de outras províncias do país.

Tabela 5: Distribuição dos resultados no tocante à variável local de nascimento

LOCALIDADE	PERCENTUAL
Luanda	88.2%
Outras províncias	71.4%

Fonte: elaboração própria

A pesquisa também investigou a naturalidade dos falantes, se nascidos na capital ou em outras províncias. A hipótese inicial era de que os falantes luandenses fariam mais concordância do que os nascidos em outros locais, porque a língua portuguesa é muito mais solicitada em Luanda pelas necessidades do cotidiano, administrativas e educacionais, por exemplo, sendo uma língua veicular no caldeirão multiétnico e multilinguístico do país. Portanto, há uma expectativa grande de que os falantes dominem as regras gramaticais e saibam usar a gramática escolar no dia a dia.

A pressão dos centros urbanos indubitavelmente incide no comportamento linguístico, tanto daqueles que já estão acostumados com a vida na cidade, quanto para aqueles que vêm das zonas rurais. Luanda é uma cidade que abriga muitas histórias, tem universidades e empregos formais, e o português é em meio a tantas, a principal língua de comunicação,

principalmente em situações mais formais. Tal fato explica por que os falantes que lá nasceram utilizam bem mais as regras de concordância nominal de número do que aqueles vindos de outras regiões do país, os quais estavam habituados, em muitos contextos, a falarem as línguas nacionais, dificultando a aquisição da variedade culta da língua portuguesa.

6.6 ESTRUTURA DO PREDICATIVO

A estrutura do predicativo consistiu em avaliar os predicativos do sujeito formados por substantivos ou adjetivos. Os resultados estão dispostos na tabela abaixo:

Tabela 6: Distribuição dos resultados no tocante à variável estrutura do predicativo

ESTRUTURA DO PREDICATIVO	PERCENTUAL
Predicativos formados por substantivos	89.3%
Predicativos formados por adjetivos	74.3%

Fonte: Elaboração própria.

Há uma diferença muito grande entre ambas as formas predicativas, e a hipótese inicial foi de que os substantivos seriam menos comuns na fala na posição de predicativo do que os adjetivos, sendo, então, mais salientes para os falantes. Assim, ainda que não tão significativa nesta pesquisa, a porcentagem foi maior porque pode estar relacionado à maior saliência na distinção entre singular e plural nos substantivos do que nos adjetivos.

Essa variável foi dividida em predicativos formados por adjetivos e predicativos formados por substantivo, porque não houve ocorrências significativas de predicativos formados por numeral, por sequências de predicativos ou por pronomes demonstrativos, por exemplo. Seguem abaixo alguns exemplos:

A) Predicativos formados por adjetivos

- Só que de agora acho que eles são **ansioso** (falante 18)
- As estradas são **estreitas** (falante 27)

B) Predicativos formados por substantivos

- Nós éramos **colegas** (falante 12)
- Éramos **vizinhos** (falante 12)

Nos estudos de Scherre (1991) e Dias (1996), essa variável foi estatisticamente relevante, mas em outros trabalhos o resultado foi diferente; o de Antonino (2007) devido a poucos dados, não teve como relevância a variável estrutura do predicativo nem foi possível fazer afirmações conclusivas. Salgado (2010) percebeu pouca diferença entre um e outro, mas prevaleceu mais marcação de plural nos substantivos e o resultado de Furtado (2017) seguiu caminho inverso: os predicativos formados por adjetivos apresentaram porcentagem maior porcentagem de concordância do que os formados por substantivos.

Como se pode perceber, a variável em questão não é tão decisiva em todos os estudos e, na maioria deles, não apresenta relevância. No nosso trabalho, os resultados em relação à estrutura do predicativo, ainda que coloquem os predicativos formados por substantivos em destaque, não admite conclusões engessadas.

6.7 CARACTERÍSTICAS FORMAIS DO VERBO E DO SUJEITO DA ORAÇÃO

Essas variáveis foram analisadas à luz do paralelismo formal, segundo o qual marcas levam a marcas e zeros levam a zeros, influenciando a concordância de número nos predicativos do sujeito.

Tabela 7: Distribuição dos resultados no tocante à variável características formais do verbo da oração

MARCAÇÃO DO PLURAL	PERCENTUAL
Verbos com marcas de plural	80.1%
Verbos sem marcas de plural	42.9%

Fonte: elaboração própria

Tabela 8: Distribuição dos resultados no tocante à variável características formais do sujeito

CARACTERÍSTICAS FORMAIS DO SUJEITO DA ORAÇÃO	PERCENTUAL
Sujeito composto	85.7%
Sujeito nulo	83.8%
Sujeito explícito com marcas de plural	77.6%
Sujeito explícito sem a (s) última (s) marca (s) no plural	72.7%

Fonte: Elaboração própria

A hipótese das variáveis baseadas no processamento paralelo: formas anteriormente marcadas induzem a marcação de plural dos termos seguintes foi confirmada. Dessa forma, tanto os verbos quanto os sujeitos com marcas explícitas de plural favoreceram a marcação nos predicativos. Isso foi mais perceptível nos verbos do que nos sujeitos, pois o contraste entre o verbo no singular e o verbo no plural apresentou uma diferença de quase 40%. Esse fato pode ter ocorrido porque o verbo está mais próximo do predicativo, o que leva o falante a perceber mais as marcas morfológicas do que no sujeito (termo mais distante do predicativo).

Outrossim, os resultados das características formais do sujeito foram surpreendentes, uma vez que a hipótese se centrava na perspectiva de que os predicativos que tivessem sujeito explícito com marcas formais de plural fossem mais marcados do que aquelas formadas por sujeito nulo ou sujeito composto. Infelizmente, os resultados não permitem uma interpretação conclusiva, mas Scherre (1991), ainda que não de forma robusta, apresenta um direcionamento possível: a da recuperação da informação. Segundo a autora:

Em verdade, há dois princípios regendo o comportamento dos fatores dessa variável: um deles está ligado ao processamento das unidades em função do paralelismo formal; o outro está ligado à recuperação da informação, não explícita no sujeito, que é formalmente zero.” (Scherre, 1991, p. 59)

6.8 PROCESSOS MORFOFONOLÓGICOS DE FORMAÇÃO DE PLURAL

Essa variável é uma ramificação da saliência fônica, conceito que começou a ser investigado no PB por Naro e Lemle (1976), considerando a morfologia de número dos verbos. Inicialmente, os autores estudaram o fenômeno na fala de três falantes cariocas com baixa escolarização e, com o passar do tempo, ampliaram as pesquisas, abarcando, em 1977, vinte falantes cariocas.

Tabela 9: Distribuição dos resultados no tocante à variável processos morfofonológicos de formação de plural

FORMAÇÃO DE PLURAL	PERCENTUAL
Plural irregular	84.4%
Plural regular	77.9%

Fonte: elaboração própria

A saliência fônica é um princípio de caráter escalar que parte dos itens menos salientes no sentido fônico para os mais salientes. Em 1981, Naro apresentou dois critérios para o estudo em questão: presença ou ausência de acento na desinência verbal e quantidade de material fônico na oposição singular/plural. Nesse sentido, por exemplo, as formas “come/comem” e “faz/fazem” são menos salientes do que “comeu/comeram” e “dá/dão”, justamente porque essas últimas têm a acentuação na desinência, sendo mais perceptível aos falantes.

Em 1991, Scherre utilizou o princípio para estudar os predicativos do sujeito no que tange à distinção singular e plural. Nessa perspectiva, os predicativos formados por plural irregular seriam mais salientes, visto que têm maior quantidade de material fônico no plural que aqueles formados por plural regular. No estudo da pesquisadora, a hipótese foi confirmada: os predicativos compostos por plural irregular representaram 68% de marcas flexionais de concordância, já os plurais regulares foram 47% e os plurais mistos (diminutivos e aumentativos), 44%.

Nesta dissertação, consideramos apenas o plural irregular e o plural regular por conta dos dados. Seguem alguns exemplos:

Exemplo 1: Por causa dessas situação as crianças agora criam muitos vícios, (os vícios) são mesmo **terríveis** (falante 7/corpus L1/baixa ou nula escolaridade)

Exemplo 2: Vocês jovens de agora são **ingrato** (falante 9/corpus L1/baixa ou nula escolaridade)

Exemplo 3: Nós éramos **colegas** (falante 12/corpus L1/ensino médio)

Bem, a minha infância foi boa naquela altura também. E as coisas eram **diferentes** (falante 14/corpus L1/ensino Médio)

Exemplo 4: Os pais são mais, como é que hei de dizer, são menos **presentes** (falante 22/corpus L1/Ensino superior)

Exemplo 5: Já éramos **vizinhos** (falante 28/corpus L1/ensino superior)

No primeiro exemplo, há uma distinção clara entre singular e plural pela irregularidade do plural, pois foi acrescentada a desinência -is, sendo mais perceptível do ponto fônico para os falantes, o que não acontece no segundo exemplo, que não recebe marca morfológica. Os demais exemplos (3, 4 e 5) não são compostos por uma maior distinção entre singular e plural, mesmo assim, a marcação de plural ocorre, o que direciona a análise para considerar também o processo de escolarização. Os falantes do Ensino médio e do Ensino Superior têm conhecimento da norma exigida pela gramática normativa e já não precisam considerar a distinção somente das formas, pois adquirir as marcas morfológicas de número acontece conforme os anos de escolarização avança.

Portanto, a hipótese inicial neste trabalho, de que os itens de plural irregular são mais salientes que os itens de plural regular, os resultados são compatíveis com a hipótese, mesmo os percentuais não sendo tão distantes entre si, demandando maiores investigações no futuro no que diz respeito a essa variável no português falado em Luanda.

6.9 MATERIAL INTERVENIENTE ENTRE O VERBO E O PREDICATIVO

Foi investigado se a presença de material interveniente influenciou ou não a aplicação de plural nos predicativos, e chegou-se aos seguintes resultados:

Tabela 10: Distribuição dos resultados no tocante à variável material interveniente entre o verbo e o predicativo

PRESENÇA DE MATERIAL INTERVENIENTE ENTRE O VERBO E O PREDICATIVO	PERCENTUAIS
Demais materiais	85.7%
Ausência de intensificadores	80.3%
Presença de intensificadores	66.7%

Fonte: elaboração própria

A presença de material entre o verbo e o predicativo foi uma das variáveis consideradas na pesquisa. Com base na hipótese de Scherre (1991), a presença de material entre o verbo e o predicativo teria um papel favorecedor na concordância dos predicativos, mas a hipótese não foi confirmada nesta dissertação. A presença de intensificadores não favoreceu a aplicação de marcas nos predicativos, porém, de modo curioso, o fator “demais materiais” seguiu o curso inverso com 85.7% de aplicação e a ausência de material também agiu como favorecedor da concordância. Logo, a hipótese inicial foi refutada.

7 COMPARAÇÃO COM OS ESTUDOS JÁ REALIZADOS SOBRE O TEMA

Este capítulo buscou, prioritariamente, atender a um dos objetivos específicos da pesquisa: comparar os resultados deste estudo com as pesquisas já realizadas no PB e no português falado em São Tomé, a fim de perceber se os padrões de concordância são semelhantes ou distantes entre si.

O problema de pesquisa desta dissertação partiu do pressuposto de que Angola, pela sua historicidade e contexto atual, baseados no intenso contato entre línguas, se aproximaria dos estudos feitos tanto do PM quanto da norma popular do PB, que tiveram em sua gênese o contato linguístico secular e a consequente perda morfológica de número. Principalmente no que atine à variedade em formação do PA, cujo contato ainda é frequente, a hipótese inicial foi a influência das línguas do tronco bantu sobre o português falado em Luanda, mas percebemos ao longo da pesquisa que, apesar das línguas africanas se constituírem acervo cultural e linguístico do país, a hipótese foi refutada, pois o contexto social e escolar obrigam o uso da norma culta cada vez mais próxima do PE, desconsiderando o uso popular da língua portuguesa que ganhou solo em Angola.

Na tabela a seguir, são apresentados os resultados gerais de algumas pesquisas sobre a concordância de número nos predicativos do sujeito e, logo após, uma análise contextualizada dos estudos com os resultados encontrados nesta pesquisa. Mesmo sem ser possível ter os pesos relativos, motivados pela ausência de um número maior de dados, a comparação reside nos contextos linguísticos e sociais.

Tabela 11: Estudos anteriores sobre concordância de número nos predicativos do sujeito

ESTUDOS ANTERIORES	PERCENTUAIS DA CONCORDÂNCIA DE NÚMERO NOS PREDICATIVOS DO SUJEITO
Scherre (1991)	46%
Dias (1996)	43%
Antonino (2007)	4%

Lucchesi (2009)	1%
Salgado (2010)	33%
Furtado (2017)	66,2%
Soares (2022)	67 %

Fonte: Elaboração própria.

Os padrões de concordância no PB ainda sofrem uma polarização sociolinguística (Lucchesi, 2009), visto que o comportamento das variáveis é diferente se analisarmos a norma culta em contraste com a norma popular. Na norma popular das zonas rurais e comunidades quilombolas, as populações têm comportamento linguístico distinto dos falantes das zonas urbanas, porque guardam as marcas do intenso contato linguístico, visível na menor variação da marcação da morfologia de número, desinência que é adquirida por intermédio da educação formal e do contato com os centros urbanos. Nesse contexto, percebe-se no estudo de Lucchesi (2009) que o percentual de concordância nas comunidades africanas foi pequeno, não tendo relevância estrutural, pois das 276 ocorrências de predicativos e participios passivos, apenas 4 receberam o plural.

Antonino (2007), ao analisar amostras de fala das cidades do interior da Bahia (Santo Antônio de Jesus e Porções), com participantes da zona rural, percebeu que a aplicação da regra também teve um baixo índice (apenas 4%). As variáveis sociais relevantes quantitativamente para sua pesquisa foram sexo e faixa etária. Na variável sexo, as mulheres, assim como na norma culta, usaram mais a concordância do que os homens, porque nas comunidades rurais estudadas, o sexo feminino não se ateve a exercer somente o trabalho doméstico, mas sim trabalhar fora, o que denota mais tempo fora da comunidade e mais contato com a norma culta.

Salgado (2010), ao estudar a comunidade quilombola Muquém, em Alagoas, chegou ao resultado de 33% de marcas de plural. Apesar de os fatores linguísticos serem relevantes pelo programa Goldvarb X (tipos de sujeito, concordância verbal e referência ao falante do discurso), qualitativamente, analisando seus resultados em relação aos fatores sociais, a comunidade caminha para o nivelamento linguístico, indo mais próximo à norma culta, uma vez que a população jovem (10 a 30 anos) está fazendo mais marcação de concordância do que a faixa II, enquanto a faixa III se mantém neutra.

Na norma culta urbana, o caminho é outro. Segundo os estudos de Scherre (1991) e Dias (1996) o perfil é de variação estável. No Rio de Janeiro, onde foi realizado o estudo de Scherre, a faixa intermediária favoreceu a concordância, enquanto as faixas I e III desfavoreceram-na.

Dias, em sua pesquisa na região sul, dividida em duas faixas etárias, percebeu que a população jovem desfavorece o plural, e os mais velhos a favorecem.

Furtado (2017), ao realizar sua pesquisa com amostras de fala de estudantes universitários em Fortaleza, teve um percentual maior de concordância nos predicativos: 66.2%, mostrando que a população culta da capital do Ceará tende a ser mais conservadora ao fazer mais concordância. Seu estudo encontrou similaridade com os estudos já feitos na norma culta urbana quanto aos fatores linguísticos relevantes (características formais do sujeito e do verbo da construção e sequência de predicativo) e ao fator social sexo, pois é clássico na literatura sobre o fenômeno o fato de que mulheres aplicam mais marcas de concordância do que os homens.

Soares (2022) estudou as sequências de predicativos e estruturas passivas, priorizando a não marcação de plural. Ela percebeu que a ausência de marcas atuou sob 33,3% dos resultados, e o português em São Tomé se distancia da norma categórica e apresenta variação nas formas dos predicativos do sujeito. Dessa forma, entre as variáveis condicionadoras do processo de variação, inserem-se os fatores: características formais do sujeito, nível de instrução e frequência de uso de um crioulo, ratificando a influência do forro no português e maior nível de instrução diretamente ligado ao maior uso de concordância de número.

A partir dos estudos aqui expostos, pode-se tecer algumas generalizações acerca dos fatores que condicionam a concordância no nosso objeto de estudo. Nesse ínterim, os fatores linguísticos atuam fortemente, sobretudo as variáveis que atestam o princípio do paralelismo: características formais do sujeito e características formais do verbo, o que evidencia a atuação das formas anteriormente marcadas na marcação de número nos predicativos; também, o paralelismo formal das sequências de predicativos, fator relevante em Scherre (1991), Dias (1996) e Furtado (2017).

Nos fatores sociais, indispensáveis para o encaixamento da variação no sistema linguístico, se destacam a faixa etária, escolaridade e sexo. Há um contraste na variável sexo na diferenciação do papel social exercido e o consequente contato com a norma culta. Na zona urbana, as mulheres aplicam mais a concordância, enquanto na zona rural, por conta da variável “estadia fora da comunidade”, os homens passam mais tempo fora da comunidade, pois

trabalham na zona urbana, tendo mais contato com a norma de prestígio. Em relação à escolaridade, a concordância nos predicativos obedece a uma escala que inclui mais anos de escolaridade, associado a maior marcação morfofonológica de número. Já no que concerne à faixa etária, a norma culta urbana tem um quadro de variação estável.

Nossos resultados se distanciam bastante dos resultados do português da zona rural e das variedades faladas em comunidades quilombolas. Além disso, também mostram um uso mais conservador por parte dos angolanos do que nas zonas urbanas brasileiras dado ao alto percentual encontrado (79%).

A busca pela norma ideal da língua portuguesa, o PE, é bem mais forte em Angola do que no Brasil e isso pode ser explicado pelos contextos coloniais. Ambos atualmente vivem na condição de ex-colônias, mas o impacto da norma-padrão atinge os países de modos particulares. Angola, independente oficialmente em 1975, carrega ainda o jugo português na língua falada. O Brasil, em contrapartida, já tem norma linguística consolidada que difere bastante do PE nos níveis fonético-fonológico, morfossintático e lexical fruto de uma literatura extensa propiciada por estudos sociolinguísticos abundantes.

O *corpus* de fala perscrutado nesta dissertação encontrou proximidade com a investigação de Dias (1996) no que atine à faixa etária, pois mesmo que em Angola exista a busca pela norma ideal, o país caminha no futuro para usos mais distantes da norma-padrão, porque os jovens são mais inovadores em não marcar o plural, ficando o conservadorismo mais restrito a faixa III, que teve maior contato com os portugueses. Ficou claro também o forte papel da escolaridade que traz como modelo o PE, indicando que maiores anos de escolarização são fundamentais para a aquisição da norma-culta, e o PA (norma em formação), apesar de conviver com as línguas nacionais, ainda busca seguir o padrão europeu. Portanto, as marcas do contato ficam mais fortes nos falantes que têm baixa ou nenhuma escolarização, pois ainda não passaram totalmente pelo crivo da escolarização.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, fundamentada na Teoria da Variação e Mudança Linguística, analisou a concordância nominal de número nos predicativos do sujeito no português falado em Luanda, com base em entrevistas sociolinguísticas gravadas em 2008 e 2013 e pertencentes ao *corpus* “Em busca das raízes do português brasileiro”, vinculado ao NELP da UEFS.

Durante o estudo, foram analisados os grupos de fatores que atuam na concordância de número nos predicativos do sujeito, incluindo as variáveis sociais e linguísticas. O objetivo principal consistiu em investigar a variação linguística na concordância de número nos predicativos do sujeito no português falado em Luanda, pois, de acordo com a categorização proposta por Labov (2003), o fenômeno é variável, influenciado por fatores de ordem linguística e social.

Considerou-se, no decorrer desta pesquisa, a relação intrínseca entre língua e sociedade, destacando a formação sócio-histórica da comunidade de fala angolana para entender os processos de formação do país e da variedade linguística do português falada pelos luandenses, a fim de preencher uma lacuna em relação ao estudo da concordância nos predicativos e contrastar os resultados obtidos com os estudos já realizados no PB.

Para a análise da amostra, consideraram-se cinco hipóteses do nível linguístico e três sociais:

1. A concordância no sintagma nominal (sujeito) e no sintagma verbal favorece as marcas de plural nos predicativos do sujeito, assim como formas não marcadas influenciam a não aplicação de marca morfológica de número;
2. Predicativos do sujeito representados por substantivo seriam mais propícios para marcação de plural do que aqueles formados por adjetivos;
3. Itens oxítonos apresentariam mais marcas de plural do que os paroxítonos e proparoxítonos;
4. Os itens formados por plural irregular seriam mais propícios à marcação de número do que os itens com formação regular;
5. O material interveniente entre o verbo e o predicativo favorece a concordância de número; a ausência do material não levaria à concordância;
6. Falantes do sexo feminino nas zonas urbanas apresentariam maior tendência em

expressar as marcas de concordância nos predicativos do sujeito (Scherre, 1991; Dias, 1996; Furtado, 2017) por causa dos papéis de gênero que são atribuídos socialmente de modo distinto aos homens e mulheres; sujeito

7. Falantes com maior nível de escolaridade tendem a aplicar as marcas morfológicas de plural;
8. Falantes que têm o português como L2 tendem a fazer menos concordância.

Retomando essas hipóteses, observou-se que:

1. O princípio do processamento paralelo atua nos predicativos do sujeito no português falado em Luanda. Scherre (1991) testou o princípio para entender como as palavras anteriormente marcadas na sentença influenciaram a concordância nos predicativos na variedade do português culto urbano do Rio de Janeiro. Nossos resultados mostram que, se há concordância no sujeito ou no verbo, o falante faz a marcação de número no predicativo de modo mais espontâneo, confirmando a hipótese inicial. Acreditamos que pelo fato do verbo estar mais próximo ao predicativo do que o sujeito, os participantes da pesquisa perceberam a marcação morfológica mais facilmente do sintagma verbal, relação essa que, nos termos de Trask (2004), é redundante, visto que nas línguas românicas o plural pode ser marcado em apenas um sintagma.
2. A segunda hipótese foi confirmada, pois o percentual foi maior em predicativos formados por substantivos (89.3%). O principal motivo é que os adjetivos são mais comuns no uso do que os substantivos, o que confere à classe dos substantivos mais saliência fônica do que à classe adjetiva.
3. A terceira hipótese não pôde ser confirmada ou refutada, porque aconteceu *knockout* na variável, visto que os itens oxítonos tiveram somente três dados e sem variação linguística.
4. Itens formados por plural irregular levaram mais marcas morfofonológicas de número do que o plural regular. O plural irregular foi responsável por 84.4%, enquanto o plural regular, 77.9%, dados que confirmam nossa hipótese. O principal motivo para tal fato ocorrer é o nível de saliência maior no plural irregular, uma vez que eles têm mais material fônico.
5. Algo curioso e que demanda maiores investigações no futuro foi a variável material

interveniente entre verbo e predicativo. O uso de intensificadores não favoreceu a concordância, já a ausência foi favorecedora do fenômeno. Portanto, a hipótese foi refutada.

6. A hipótese aventada acerca da variável sexo não foi confirmada. Apesar de mulheres e homens não exercerem a cidadania de modo semelhante, como salientou Domingos (2018), encontramos percentuais muito próximos entre ambos os sexos, não sendo possível fazer uma análise dos usos da variante presença ou ausência de plural.
7. O nível de escolaridade foi o fator mais qualitativamente relevante na análise desta pesquisa, pois revela um abismo entre falantes com baixa ou nenhuma escolaridade e falantes do Ensino Médio e do Ensino Superior; esses dois últimos são intensamente cobrados a seguirem à risca o PE, porque têm conhecimento dessa norma por meio da escolarização. Logo, a hipótese inicial foi confirmada.
8. A hipótese de que os falantes de português L2 tendem a não aplicar a marcação de número pelo motivo do contato linguístico, gerando a interferência de uma língua materna africana, foi confirmada. No *corpus*, encontraram-se falantes das línguas do tronco bantu: kimbundu, umbundu e kikongo, que se configuram como principais línguas africanas, e foi possível perceber ainda que, mesmo que a diferença entre os percentuais não tenha sido tão extensa, o contato linguístico afeta a morfologia nominal de número nos predicativos do sujeito em Angola, assim como no Brasil, ambas decorrentes de contextos de colonização.

Compreende-se que o estudo realizado colabora para a agenda de estudos das variedades africanas do português, cooperando com a ampliação dos estudos morfossintáticos feitos no território angolano. Foi possível perceber, por intermédio dos padrões de variação encontrados, que sobretudo os fatores sociais atuam para a variação linguística e os fatores linguísticos, principalmente as variáveis que seguem o princípio da saliência fônica e do paralelismo sintático, são relevantes na descrição do fenômeno.

Como todo estudo científico, o trabalho ao mesmo tempo que preenche uma lacuna, abre mais questões sobre o fenômeno no português falado em Angola, como: a descrição do fenômeno em uma perspectiva diacrônica e o estudo da concordância nos predicativos em outras regiões do país, principalmente nas zonas rurais, a fim de entender se Angola sofre uma polarização sociolinguística no que diz respeito à concordância de número e se, de fato, a

amostra do português falado em Luanda é representativa do estado-nação. Outrossim, há a necessidade de trabalhos mais descritivos sobre as línguas autóctones faladas no território, com o intuito de ter mais bases para o entendimento da influência de outras línguas no português.

9 REFERÊNCIAS

- ANTONINO, Vivian. **A concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular do interior do estado da Bahia**. 2007.
- ANTONINO, Vivian. **Português popular de Salvador: uma análise da concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas**. 2013.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Nova Fronteira, 2009.
- BENTO, Cristina Teresa Joaquim Sebastião Francisco. **Contributos para uma caracterização linguística do luandense**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro (Portugal).
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências**. Veredas-Revista de Estudos Linguísticos, v. 15, n. 1, 2011.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Concordância nominal em três variedades do português: resultados gerais, novas indagações**. Cuadernos de la ALFAL, p. 36-52, 2015.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; SOARES, Paulo Vitor Lima da Gama. **Complementando um estudo sobre concordância nominal de número na variedade urbana do português de São Tomé: estruturas predicativas/passivas**. In: Variação em português e em outras línguas românicas. Blucher Open Access, 2022. p. 129-154.
- CARVALHO, R. C. **Concordância de número no sintagma nominal, na fala urbana de Rio Branco**. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. 762 p.
- DA SILVA NETO, Serafim. **História da língua portuguesa**. Livros de Portugal, 1952.
- DA SILVA, Manoel Crispiniano Alves; DE FARIAS ARAUJO, Silvana Silva. 05. A formação da identidade linguística do português falado em Angola: uma revisão bibliográfica e notas sobre a sócio-história. **Revista philologus**, v. 26, n. 76 Supl., p. 61-78, 2020.
- DA SILVA, Manoel Crispiniano Alves; DE SENE, Marcus Garcia; DE FARIA ARAÚJO, Silvana Silva. Notas sobre o português falado em Luanda: um estudo sobre sócio-história e crenças linguísticas. Miguilim-Revista Eletrônica do Netlli, v. 7, n. 2, p. 337-353, 2018.

DE ANDRADE FURTADO, Barbara Amaral. **A concordância de número em predicativos do sujeito: variação linguística em Fortaleza.** 2017.

DE ARAUJO AZEVEDO, Matheus; DE FARIAS ARAUJO, Silvana Silva; MACÊDO, Juliete Bastos. Contato linguístico: reflexões para a sociolinguística contemporânea. **Revista da ABRALIN**, 2025.

DE FARIAS ARAÚJO, Silvana Silva; DA SILVA, Manoel Crispiniano Alves. **O ensino de Língua Portuguesa no contexto multilíngue em Angola: reflexões sobre políticas linguísticas, racismo e diversidade linguística.** Revista do GELNE, v. 28, n. 1, p. e40690-e40690, 2026.

DIAS, M. C. A. C. **A variação da concordância nominal, um contraste entre o urbano e o rural na fala brasiliense.** 1993. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

DOMINGOS, Willi Cardoso. Vozes de mulheres: gênero e cidadania em Angola. **Revista Espacialidades**, v. 13, n. 01, p. 158-181, 2018.

INVERNO, Liliana. **A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal.** Português em contato, p. 87-106, 2009.

LABOV, William. **Some sociolinguistic principles.** In Paulston, C. B. & Tucker, G. R. (org.). *Sociolinguistics: the essential readings*, 234-250. Oxford: Blackwell, 2003.

LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos.** Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEMO, D. M. **Português brasileiro e português angolano: variação na concordância nominal de número.** Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014

LUCCHESI, Dante. **A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas.** Estudos de Lingüística Galega, v. 4, p. 45-64, 2012.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro.* Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem.** São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan N.; RIBEIRO, Ilza. **O português afro-brasileiro.** Edufba, 2009.

MINGAS, Amélia A. O português em Angola: Reflexões. VIII Encontro da associação das universidades de língua portuguesa, v. 1, p. 109-126, 1998.

MINGAS, Amélia. Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda. Luanda: CACHINDE, 2000.

MOTA, Maria Antónia Coelho da. Línguas em contato. In: Faria, I; PEDRO, E. R. et al. Introdução à linguística geral e portuguesa. Lisboa: Caminho, 1996. p.505-533

MÜLLER, M. Lectures on the science of language. London: Longman, Green Longman and Roberts, 1861.

MUSSA, Alberto. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991

NARO, A. J.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. In: STEEVER, Sandor B. et al. (ed.). **Papers from the parasession on Diachronic Syntax.** Chicago: Chicago Linguistic Society, 1976. p. 221-241

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Variação e Mudança Lingüística: Fluxos e Contrafluxos na Comunidade de Fala.** In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira;

NASCIMENTO, Washington Santos. Gentes do mato: Os novos assimilados em Luanda (1926-1961). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013. Disponível em: <https://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2014/01/Tese-AngolaWashington-Santos-Nascimento.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani. Brazilian Portuguese as a transatlantic language: Agencies of linguistic contact. **Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies**, v. 3, n. 1, p. 135-154, 2014. TARALLO, Fernando (Org.). Cadernos de Estudos Lingüísticos 20. Campinas, Unicamp/IEL, 1991. p. 9-16.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola:** o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2009.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do Português.** 2ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 1978. PETTER, Margarida. Introdução. In: PETTER, Margarida (org.). **Introdução à Linguística Africana.** São Paulo: Contexto, 2015.

RIBEIRO, Ilza Maria de Oliveira; BAXTER, Alan Norman; LUCCHESI, Dante. **O português afro-brasileiro.** EDUFBA, 2009. 578 p.

SACALEMBE, Júlio Epalanga. Políticas linguísticas em Angola: o silenciamento da língua umbundu e da identidade cultural dos ovimbundos. 2024.

SALGADO, Solyany Soares . **A concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala da comunidade quilombola Muquém AL**: estudo sócio-histórico linguístico. 2010.

SANTOS, Abimael Ferreira dos et al. **A variação entre as formas nominais gerúndio e infinitivo gerundivo no português falado em Luanda-Angola**: um estudo sociolinguístico. 2022.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães.; CHRISTINO, Beatriz; SPINASSÉ, Karen Pupp; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **Estudos em Sociolinguística de Contato no Brasil: a diversidade etnolinguística em debate**. Cadernos de Linguística, v. 2, n. 1, p. 01-28. 2021.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos**. Organon, v. 5, n. 18, 1991.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. **Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro**. Scripta, v. 9, n. 18, p. 107-129, 2006.

SCHERRE. M. M. P. **Reanálise da concordância nominal em português**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 1988.

SCHMIDT, J. Die Verwandschaftsverhältnisse der Indogermanischen Sprachen. Weimar: Hermann Böhlau, 1872.

SCHUCHARDT, H. Ueber des Negerportugiesische von S. Thomé. Sitzungsberichte Wien, v. 101, n. 2, 1882. p. 889-917.

SILVA, Josimar Santana et al. **Léxico de origem africana no português falado em Luanda**. 2021.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da et al. **A colocação dos pronomes clíticos no português falado em Luanda-Angola**: um estudo sociolinguístico e sócio-histórico. 2022. SOARES, Paulo Vítor Lima da Gama. **Concordância nominal em estruturas predicativas/passivas em uma variedade urbana do Português falado em Moçambique**. 2022.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo, SP: Editora Ática, 1997. 96 p.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. A românia antiga: o contato de culturas e a formação das línguas românicas. Cadernos do CNLF, v. 22, n. 03, 2018.

TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Márcio. Português de/em Angola: Peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino. 2021.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

UNDOLO, Márcio. Caracterização da norma do português em Angola. Évora: Universidade de Évora, 2014

VAZZATA-DIAS, Juçá Fialho. **A Concordância de número nos predicativos e nos participios passivos na falada região sul: um estudo variacionista**. 1996.

WEINREICH, Uriel. **Idiomas em contato: descobertas e problemas** . Walter de Gruyter, 2010.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.